

A Sociedade Banque PSA Finance em 2007

Em 2007, a sociedade Banque PSA Finance resgatou um lucro líquido de 267 024 497, 03 euros. O resultado do exercício é apresentado e analisado nos documentos anexos deste relatório.

Proposição de resoluções

Foi solicitada à Assembleia Geral que aprovasse as contas, anuais e consolidadas, tal como foram apresentadas e de fixar o dividendo em 15,10 euros. Este será colocado a pagamento, se a Assembleia assim o decidir em 24 de Abril de 2008.

Foi igualmente solicitado que a Assembleia Geral aprovasse o relatório especial dos Revisores Oficiais de Contas sobre as convenções regulamentadas.

O Conselho de Administração propôs à Assembleia a ratificação da admissão da Sra. Isabelle Marey-Semper na qualidade de administradora em substituição da Sra. Sylvie Rucar, demissionária.

O Conselho de Administração propôs à Assembleia a renovação do mandato de administradora da Sra. Isabelle Marey-Semper por um período de seis anos, ou seja até 2014, assim como o mandato de administradora dos Automóveis Peugeot por um período de seis anos, até que a Assembleia Geral seja convocada em 2014 a estatuir sobre o resultado do exercício de 2013.

Foi igualmente solicitado à Assembleia Geral a renovação por antecipação da delegação de poderes que conferiu ao Conselho de Administração em 24 de Abril de 2006 com o objectivo de proceder ao aumento de capital, com a conservação do direito preferencial de subscrição dos accionistas, sem que o montante não possa ultrapassar os 300 000 000 euros. Esta autorização será concedida por um período de vinte e seis meses.

Finalmente, de acordo com as disposições do artigo L. 225-129-6 do Código do comércio, o Conselho de administração submeteu à Assembleia Geral uma resolução visando permitir a realização do aumento de capital reservado aos assalariados, com um limite de um montante nominal máximo de 3 200 000 euros..

I. Deliberações de carácter geral

Primeira resolução

Aprovação do relatório de gestão e da demonstração de resultados anuais

A Assembleia Geral, após ter tomado conhecimento da demonstração de resultados anuais, do relatório de gestão do Conselho de Administração sobre o corrente exercício, assim como do relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas, aprovou em todas as suas disposições o relatório de gestão do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral aprovou a demonstração de resultados do exercício de 2007, que ressaltam um lucro de 267 024 497,03 euros.

Segunda Resolução

Aprovação da demonstração de resultados consolidados

A Assembleia Geral, após ter tomado conhecimento da demonstração de resultados consolidados do grupo PSA Finance, dos comentários do Conselho de Administração assim como do relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre a demonstração de resultados consolidados, aprovou as demonstrações de resultados consolidados do exercício de 2007, tal como lhes foi apresentado.

Terceira resolução

Afectação do resultado

A Assembleia Geral constatou que o lucro distribuível constituído por um lucro do exercício de 267 024 497,03 euros, aumentou o transporte a um novo lucro do exercício precedente de 536 026 520,30 euros, elevando-se à soma de 803 051 017,33 euros.

Ela decide afectar o lucro distribuível da seguinte forma:

- | | |
|--------------------------------|----------------------|
| - às acções | 167 428 800,00 euros |
| - às reservas de centralização | 6 029 273,37 euros |
| - novamente ao transporte | 629 592 943,96 euros |

O dividendo de 15,10 euros por acção, será posto a pagamento a 24 de Abril de 2008.

A Assembleia Geral tomou nota que a título dos exercícios de 2003, 2004, 2005 e 2006 os dividendos entregues foram respectivamente de 7,42 euros, 8,62 euros, 14,50 euros e de 14,10 e que foram elegíveis respectivamente aos bens fiscais de 3,71 euros por acção a título do ano de 2003, ao abatimento de 50% a título de 2004 e ao abatimento de 40% a título de 2005 e de 2006.

Quarta resolução**Aprovação do relatório especial dos Revisores oficiais de Contas sobre as convenções regulamentares**

A Assembleia Geral, após ter ouvido a leitura do relatório especial dos revisores Oficiais de Contas sobre as convenções regulamentares, aprovou este relatório.

Quinta resolução**Renovação de um mandato de um administrador**

A Assembleia Geral, sobre a proposta do Conselho de Administração, decidiu renovar o mandato de administrador da Sra. Marey-Semper na qualidade de administradora, decidido pelo Conselho de Administração no decorrer da reunião de 6 de Fevereiro de 2007, em substituição do Sr. Jean-Martin Folz, demissionário.

Sexta resolução**Renovação de um mandato de um administrador**

A Assembleia Geral, sobre a proposta do Conselho de Administração, decidiu renovar o mandato de administrador da Sra. Marey-Semper com uma duração de seis anos que terminará na altura da Assembleia Geral chamada a estatuir em 2014 sobre a demonstração de resultados do exercício de 2013.

Sétima resolução**Renovação de um mandato de um administrador**

A Assembleia Geral, sobre a proposta do Conselho de Administração, decidiu renovar o mandato do administrador dos Automóveis Peugeot, por um período de seis anos que terminará na altura da Assembleia Geral chamada a estatuir em 2014 sobre a demonstração de resultados do exercício de 2013.

Deliberações de carácter extraordinário**Oitava resolução****Autorização de emissão de títulos dando directa ou indirectamente acesso ao capital**

A Assembleia Geral, após tomar conhecimento do relatório do Conselho de Administração, bem como do relatório especial dos Revisores Oficiais de Contas, e estatuindo a aplicação das disposições do artigo L 225—129-2 e 228-92 do Código do comércio,

I Delega ao Conselho de Administração a competência de decidir, num prazo de vinte e seis meses a contar da presente Assembleia Geral, um ou vários aumentos de capital, a realizar mediante:

a) a emissão, em França ou no estrangeiro, em euros, de acções do Banque PSA Finance e/ou todos os valores mobiliários para além das acções podendo ser igualmente minutadas em moedas estrangeiras;

b) e/ou a incorporação ao capital de lucros, reservas ou prémios de emissão, sob a forma de atribuição de acções gratuitas ou do aumento do valor nominal das acções existentes.

II Decide que o montante total dos aumentos de capital social susceptíveis de serem assim realizados imediatamente e/ou a prazo (compreendendo as emissões de acções a emitir eventualmente para preservar os direitos dos titulares de valores mobiliários precedentemente emitidos) não poderá por consequência levar o capital social, actualmente fixado em 177 408 000 euros, a um montante superior a 300 000 000 euros, o montante de prémios de emissão e/ou o reembolso não estando compreendido no plafond acima fixado.

preferencial de subscrição aos valores mobiliários emitidos em virtude da presente resolução.

IV Decide:

- a) que as acções não subscritas a título irredutível serão atribuídas aos accionistas que subscreveram a título redutível um número de acções superior ao que pudessem subscriver a título preferencial, proporcionalmente aos direitos de subscrição dos quais dispõem e no limite dos seus pedidos;
- b) que no caso de aumento de capital por incorporação de lucros, reservas ou prémios de emissão, os direitos formalmente desfeitos não serão negociáveis e as acções correspondentes serão vendidas, sendo as somas provenientes da venda concedidas aos titulares dos direitos, 30 dias ou mais tarde após a data de inscrição da sua conta de número inteiro de acções atribuídas;
- c) que no caso de emissões de valores imobiliários compostos, os accionistas não dispõem de nenhum direito preferencial de subscrição sobre as acções a emitir em proveito dos titulares destes valores imobiliários.

A presente delegação substitui-se à delegação conferida ao Conselho de Administração pela Assembleia Geral de 24 de Abril de 2006 para todo o aumento de capital.

Nona resolução**Autorização de aumento de capital social reservado aos assalariados**

A Assembleia Geral, estatuindo a aplicação das disposições do artigo L 225-129-6 do Código do comércio, e após ter tomado conhecimento do relatório do Conselho de Administração e do relatório especial dos Revisores Oficiais de Contas, autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social, apesar das suas próprias deliberações, por uma ou várias vezes, e no limite de um montante nominal máximo de 3 200 000 euros, por emissão de acções reservadas aos assalariados.

Confere todos os poderes ao Conselho de Administração com o objectivo de fixar soberanamente o montante do aumento de capital no limite autorizado pelo plafond no momento da sua realização, bem como as condições e modalidades de cada aumento. Poderá deter o preço de emissão das novas acções de acordo com as disposições do artigo L 443-5 do Código de trabalho, a sua forma de liberação, os prazos de subscrição e as modalidades do exercício do direito de subscrição dos assalariados.

O Conselho de Administração usufrui de todos os poderes necessários para decidir e executar todos os actos, tomar todas as medidas, proceder à modificação correlativa dos estatutos e realizar todas as formalidades necessárias com vista à realização do aumento de capital assim autorizado.

A presente autorização é aprovada com uma duração de vinte e seis meses a contar da presente assembleia, à semelhança da delegação de competências dadas pela Assembleia do Conselho de Administração com vista a emitir títulos dando directa ou indirectamente acesso ao capital.

O Conselho de Administração não recomenda à Assembleia Geral adoptar esta resolução, estando determinado que os assalariados são elegíveis a um plano de economia de empresa.

Autorização financeira em vigor antes da Assembleia Geral ordinária e extraordinária de 23 de Abril de 2008

Assembleia Geral extraordinária	De	Duração	Até	Capital Máximo	Utilização
Emissão de valores mobiliários dando acesso directamente ou indirectamente ao capital com DPS.	24 de Abril de 2006	26 meses	24 de Junho de 2008	261 280 000 euros	Nada

Autorização financeira resultante das resoluções da Assembleia Geral ordinária e extraordinária de 23 de Abril de 2008

Assembleia Geral extraordinária	De	Duração	Até	Capital Máximo
Emissão de valores mobiliários dando acesso directamente ou indirectamente ao capital com DPS.	23 de Abril de 2008	26 meses	23 de Junho de 2010	261 280 000 euros

Resumo

Contas consolidadas para os exercícios de fecho de 2006 e 2007

Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre a **demonstração de resultados consolidados**

Balanço **Consolidado**

Demonstração de resultados de **contas consolidadas**

Quadro de **variação de capitais próprios consolidados e de juros minoritários**

Notas de **fluxo de tesouraria consolidados**

Notas sobre a **demonstração de resultados consolidados nos exercícios de fecho de 2006 e 2007**

Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas consolidadas

Fecho do Exercício em 31 de Dezembro de 2007

Senhoras e Senhores,

No cumprimento da missão de que fomos incumbidos pela vossa Assembleia Geral, procedemos à verificação das contas consolidadas da Banque PSA Finance relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, conforme se encontram anexadas ao presente relatório.

As contas consolidadas foram fechadas pelo Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional sobre as mesmas, baseada na nossa auditoria.

I.OPINIÃO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas da profissão aplicadas em França, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras, a avaliação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e a apreciação de ser adequada a sua apresentação. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Certificamos que as demonstrações financeiras consolidadas, estabelecidas em conformidade aos princípios aplicados em França de maneira geral, são regulares e sinceras e apresentam de forma verdadeira e apropriada o património, a posição financeira e o resultado do conjunto constituído pelas empresas incluídas na consolidação.

II.JUSTIFICAÇÃO DAS NOSSAS APRECIAÇÕES

Na aplicação das disposições do artigo L. 823-9 do Código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, trazemos ao vosso conhecimento os seguintes elementos:

O aprovisionamento do risco de crédito constitui um domínio de estimativa contabilística significativa em toda a actividade bancária: a vossa sociedade constitui provisões para cobrir os riscos de crédito inerentes às suas actividades (nota 2SC.6.3). No quadro da nossa apreciação destas estimativas, examinámos as mudanças mencionadas na nota 32 do anexo e mais geralmente, examinámos o dispositivo de controlo relativo ao seguimento dos riscos de crédito, à apreciação dos riscos de incobrados e à sua cobertura pelas provisões.

As apreciações que apresentamos sobre estes elementos inscrevem-se no quadro do arranque da auditoria que traz sobre as contas consolidadas consideradas no seu todo e que contribuíram à formação da opinião exprimida sem reservas na primeira parte deste relatório.

III.VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA

Procedemos igualmente, à verificação das informações dadas no relatório sobre a gestão do grupo. Não temos qualquer observação a formular quanto à sua sinceridade e concordância com as contas consolidadas das informações dadas.

Neully-sur-Seine e Courbevoie, 11 de Fevereiro de 2008

Os Revisores Oficiais de Contas

PricewaterhouseCoopers Audit

Mazars & Guérard

Jacques Lévi

Hervé Hélias

Thierry de Bailliencourt

BALANÇO CONSOLIDADO

3
~~3~~

Activo

(em milhões de euros)	31/12/2007	31.12.2006
Caixa, Bancos Centrais, CCP (nota 3)	21	43
Activos financeiros no justo valor por resultado (nota 4)	3 396	2 896
Instrumentos derivados de cobertura (nota 5)	201	205
Activos financeiros disponíveis com a venda (nota 6)	3	-
Empréstimos e créditos sobre instituições de crédito (nota 7)	927	578
Empréstimos e créditos com clientes (notas 8 e 34)	23 456	22 899
Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas (nota 9)	(63)	(97)
Activos financeiros detidos até ao vencimento	-	-
Activos de impostos correntes	37	29
Activos de impostos diferidos	28	25
Contas de regularização e activos diversos (nota 10)	502	382
Participações nas empresas coligadas	12	12
Imobilizações corpóreas (nota 11)	44	47
Imobilizações incorpóreas (nota 11)	94	87
Diferença de aquisição (nota 12)	81	81
Total do Activo	28 739	27 187

Passivo

(em milhões de euros)	31/12/2007	31.12.2006
Bancos Centrais, CCP	-	-
Passivos financeiros no justo valor por resultado (nota 13)	201	204
Instrumentos derivados de cobertura (nota 14)	113	159
Dívidas para com instituições de crédito (nota 15 e 34)	7 479	6 747
Dívidas com clientes (nota 16)	321	301
Dívidas representadas por um título (nota 17 e 34)	16 688	15 983
Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas (nota 18)	(28)	(40)
Passivos de impostos correntes	55	43
Passivos de impostos diferidos	356	320
Contas de regularização e passivos diversos (nota 19)	598	750
Provisões (nota 20)	56	63
Dívidas subordinadas	-	-
Capitais próprios	2 900	2 657
Capitais próprios parte do grupo	2 888	2 647
- Capital	177	177
- Prémios de emissão	332	332
- Reservas consolidadas	1 929	1 718
- Ganhos ou perdas latentes ou diferidas	32	30
- Resultado do exercício	418	390
Interesses minoritários	12	10
Total do Passivo	28 739	27 187

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Juros líquidos sobre operações com clientes	1 763	1 508
Juros e proveitos de custo amortizado (nota 24)	1 617	1 462
Variação do justo valor dos créditos cobertos em risco de taxas (nota 21)	34	(78)
Juros dos instrumentos financeiros de cobertura (nota 25)	107	2
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (nota 21)	(30)	82
Juros e encargos assimilados (nota 26)	(17)	(12)
Outros proveitos e encargos (nota 27)	52	52
Juros e proveitos líquidos de colocação	121	80
Juros e dividendos sobre títulos de colocação (nota 28)	54	28
Variação do justo valor dos títulos com opção justo valor (nota 21)	(5)	3
Ganhos/Perdas sobre operações das carteiras de colocação (nota 28)	73	51
Despesas de aquisição	(1)	(2)
Custo líquido do refinanciamento	(1 055)	(758)
Juros e proveitos sobre operações interbancárias	23	11
Juros e empréstimos junto das instituições de crédito (nota 29)	(330)	(243)
Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título (nota 30)	(671)	(525)
Encargos sobre compromissos de financiamento recebidos (nota 23)	(6)	(5)
Variação do justo valor do refinanciamento coberto em risco de taxas (nota 21)	(12)	68
Juros dos instrumentos financeiros de cobertura	(60)	16
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (nota 21)	10	(68)
Variação do justo valor do refinanciamento com opção justo valor (nota 21)	2	-
Despesas de emissão	(11)	(12)
Ganhos e perdas líquidas sobre operações trading	3	(1)
Operações de taxas	-	-
Operações de câmbios	3	(1)
Margem sobre prestações de serviços	149	133
Proveitos	175	157
Encargos	(26)	(24)
Proveito Líquido Bancário (nota 34)	981	962
Encargos gerais de exploração (notas 31 e 34)	(307)	(304)
- Pessoal	(132)	(125)
- Outros encargos gerais de exploração	(175)	(179)
Dotações para amortizações e depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas	(15)	(13)
Ganhos e perdas sobre activos imobilizados	-	-
Resultado bruto de exploração	659	645
Custos do risco (notas 32 e 34)	(51)	(41)
Resultado de exploração (notas 34)	608	604
Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas	-	-
Variação do valor das diferenças de aquisição	-	-
Efeito da actualização sobre compromissos sociais	(3)	(3)
Rendimento esperado dos fundos sobre compromissos sociais	2	2
Outros elementos fora da exploração	-	-
Resultado antes do imposto	607	603
Imposto sobre os lucros (nota 33)	(186)	(209)
Resultado líquido	421	394
- Dos quais interesses minoritários	3	4
- Dos quais parte do grupo	418	390
Resultado por acção (em euros)	37,7	35,2

Quadro de Variação dos Capitais Próprios Consolidados e dos Juros Minoritários

	Capital de reservas associadas			Reservas consolidadas			Ganhos/perdas latentes e diferidos				
	Capitais associadas ao capital (*)	Reservas associadas ao capital (*)	Eliminação de títulos	Reservas	Ligadas as diferenças de cotação	Associadas à reavaliação de unidade	Variação dos valores dos instrumentos financeiros(*)	Resultado liquido parte do grupo	Capitais próprios parte do grupo	Capitais próprios parte das unidades	Total capitais próprios consolidados
(em milhões de euros)											
Situação líquida em 31 Dezembro 2005	177	332	-	1 477	-	-	3	402	2 391	38	2 429
Afectação do resultado do exercício precedente				241				(402)	(161)	(6)	(167)
Diminuição de capital(4)											
Resultado antes da afectação											
Ganhos ou perdas latentes ou diferenciadas							390	390	4	394	
Imposto diferido sobre os ganhos ou perdas latentes ou diferidas(3)							41	41	-	41	
Diferença de conversão							(14)	(14)	(14)	(14)	
Resultado global do exercício											421
Situação líquida em 31 Dezembro 2006	177	332	-	-1 718			30	390	2 647	10	2 657
Afectação do resultado do exercício precedente				234				(390)	(156)	-	(156)
Resultado antes da afectação											
Ganhos ou perdas latentes ou diferenciadas							418	418	3	421	
Imposto diferido sobre os ganhos ou perdas latentes ou diferidas(3)							3	3	-	3	
Diferença de conversão							(1)	(1)	(1)	(1)	
Resultado global do exercício(*)				(23)				(23)	(1)	(24)	399
Situação líquida em 31 Dezembro 2007	177	332	-	-1 929			32	418	2 888	12	2 900

(*) O resultado global reagrupa todas as variações dos capitais próprios resultantes das transacções com terceiros não accionistas.

O capital social de 177 milhões de euros, integralmente liberado, é composto por 11 088 000 acções emitidas. Não houve movimento sobre o exercício.

- (1) Compreende os prémios de emissão e a reserva legal da sociedade mãe.
- (2) Compreende nomeadamente as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados utilizados na cobertura dos fluxos de tesouraria.
- (3) O valor intrínseco das swaptions vencidas sobre a duração da swap externa colocada na cobertura do crédito (no quadro da cobertura do justo valor). A parte de resultados constatada sobre o exercício é um produto de + 27,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007(cf. quadro no parágrafo 21.2 da nota 21).
- (4) Diminuição do capital de 36 milhões de libras (52 milhões de euros) da filial PSA Finance, detida a 50%.

De acordo com a emenda IAS 1 – Informações sobre o capital, as informações requeridas são demonstradas no parágrafo «Gestão do capital» na página 13 do relatório de actividade.

Os fundos próprios consolidados estabelecidos no regulamento nº 90-02 do Comité de Regulamentação Bancária e Financeira são calculados da seguinte forma:

				Normas francesas		
				31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
(em milhões de euros)						
Fundos próprios de base						
Capitais próprios consolidados				2 900	2 657	2 429
Mais valias latentes sobre coberturas de fluxo de tesouraria				(32)	(30)	(3)
Distribuição previsional Grupo PSA PEUGEOT CITROËN				(167)	(156)	(161)
Distribuição previsional minoritária				-	-	(3)
Imobilizações incorpóreas				(61)	(57)	(50)
Diferença de aquisição				(81)	(81)	(81)
Outros fundos próprios de base de acordo com a Comissão Bancária(1)				(1)	1	1
Total de fundos próprios de base				2 558	2 334	2 132
Fundos próprios complementares						
Dividas subordinadas						
Participações não consolidadas nos estabelecimentos de crédito				(15)	(13)	-
Garantias acordadas dos FCC						
Total dos fundos próprios complementares				(15)	(13)	(69)
Fundos próprios regulamentares				2 543	2 321	2 063

(1) De acordo com a instrução 2006-01 de 27 Janeiro de 2006, os fundos próprios são corrigidos em função ao efeito do "risco de crédito próprio" ligado à dívida com opção do justo valor. Em 31 de Dezembro de 2007, o impacto acumulado da variação do spread emissor desta dívida corresponde a uma menor valia latente, líquida de imposto, de 0,5 milhões de euros (menos valia latente a 0,7 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006), que deverá ser neutralizado nos fundos próprios.

Quadro dos fluxos de tesouraria consolidados

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Lucros líquidos do Banque PSA Finance	418	390
Juros minoritários incluídos nos resultados das filiais consolidadas	3	4
Variação de outras provisões e amortizações	11	3
Variação dos impostos diferidos	38	31
Margem bruta de auto-financiamento	470	428
Entradas e saídas de caixa associados a:		
- créditos sobre estabelecimentos de crédito	(3)	-
- dívidas relativas aos estabelecimentos de crédito	931	(896)
Variação dos créditos sobre clientes	(779)	(450)
Entradas e saídas de caixa associados a:		
- dívidas relativas aos clientes(1)	23	57
- activos financeiros no justo valor por resultado	(499)	(109)
- passivos financeiros no justo valor por resultado(2)	(7)	(8)
- instrumentos derivados de cobertura(2)	(54)	-
-dívidas representadas por um título	701	1 129
Variação de outros activos de exploração	(148)	(15)
Variação de outros passivos de exploração	(122)	77
Total do fluxo líquido da tesouraria geral por actividade operacional	513	213
Saídas de caixa associadas às aquisições de filiais	(3)	(13)
Saídas de caixa associadas às aquisições de imobilizações	(28)	(28)
Entradas associadas às cessões de imobilizações	10	7
Efeito das variações do perímetro	1	-
Total do fluxo líquido da tesouraria associada às operações de investimento	(20)	(34)
Dividendos entregues ao grupo PSA PEUGEOT CITROEN	(157)	(161)
Dividendos entregues aos minoritários	-	(5)
Diminuição de capital	-	(26)
Saídas de caixa associadas ao reembolso da dívida subordinada	-	-
Total do fluxo líquido da tesouraria associada às operações financeiras	(157)	(192)
Efeitos das variações de câmbio	(12)	(2)
Variação da tesouraria	324	(15)
Tesouraria no começo do exercício	620	635
Caixa, bancos centrais CCP	43	10
Contas correntes e empréstimos diários	577	625
Tesouraria no final do exercício	944	620
Caixa, bancos centrais CCP	21	43
Contas correntes e empréstimos diários	923	577

(1) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os depósitos de garantia entregues pelos concessionários para cobrir os veículos financiados à rede e postos à consignação são classificadas em "Dívidas com clientes" num montante de 59 milhões de euros no inicio do periodo de 2006 e 77 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006; são no entanto classificados em "Variação de créditos com clientes" num montante de 18 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (nota 8 e 16).

(2) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os juros a pagar sobre os instrumentos financeiros de cobertura económica das colocações eram classificadas como "Instrumentos derivados de cobertura – passivos" num montante de 20 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006; as suas variações são no entanto classificadas em "Entradas/saídas associadas aos passivos financeiros no justo valor por resultado" num montante de 8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o fecho dos exercícios de 2006 e 2007

Nota 1 – Estrutura do grupo

A. Evolução de perimetro

A 25 de Abril de 2006, a Crédipar procedeu ao resgate antecipado dos créditos cedidos em 2001 ao compartimento 2001-1 do Fundo Comum de Créditos Auto ABS, com crédito inferior a 100 milhões de euros. Em consequência foi procedida a liquidação antecipada deste compartimento. Tendo sido consolidado o fundo comum de créditos, esta operação é neutra em relação às contas consolidadas do Banco PSA Finance.

Em Julho de 2006, a Crédipar cedeu ao Compartimento 2001-1 do Fundo Comum de Créditos Auto ABS, créditos num montante de 1,372 milhões de euros correspondentes a futuros alugueres, e à TVA aferente, contratos de aluguer com opção de compra e de locação financeira. O compartimento emitiu obrigações prioritárias (1 118 milhões de euros), obrigações subordinadas (132 milhões) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros) que a esta última permitem conservar o essencial dos resultados operacionais ligados aos créditos, após remunerações das obrigações prioritárias e subordinadas. Esta entidade foi em consequência consolidada pela integração global.

Em Outubro de 2005, o acordo entre o Bank of China e o Banco PSA Finance foi concretizado pela criação da sociedade Dongfeng Peugeot Citroën Auto Finance Company Limited (DPCAFC), detida a 50% pelo Bank of China, 25% pela PSA Finance Nederland B.V., filial holandesa do Banco PSA Finance, e 25% por Dongfeng Peugeot Citroën Auto Finance Company Limited (DPCA). A DPCAFC desenvolveu na China o financiamento dos clientes Peugeot e Citroën e concessionários das duas marcas, obtendo o acordo das autoridades bancárias chinesas em Junho de 2006. Foi consolidada em equivalência desde 30 de Setembro de 2006.

A 19 de Dezembro de 2006, foi criada a sociedade PSA Finance S.C.S. no Luxemburgo, detida a 100% pelo Banco PSA Finance e consolidada por integração global.

Desde Dezembro de 2006, uma nova filial na Turquia, denominada BFP Pazarlama A.H.A.S., e detida a 100% pelo Banque PSA Finance, desenvolve uma actividade de marketing de produtos de financiamento e de serviços associados, em parceria com uma banca turca. Foi consolidada por integração global desde Janeiro de 2007.

A 1 de Janeiro de 2007, a Location fundiu com a Crédipar, seu único associado, por Transmissão Universal de Património. Esta operação é neutra em relação às contas consolidadas do grupo Banque PSA Finance.

A 1 de Outubro de 2007, a filial austriaca PSA Finance Áustria Bank AG. foi fundida com o Banque PSA Finance por Transmissão Universal de Património e transformada em sucursal, com efeito retroactivo a 1 de Janeiro de 2007. Esta operação é neutra em relação às contas consolidadas do grupo Banque PSA Finance.

A 29 de Janeiro de 2007, a Crédipar cedeu 1 250 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2007-1 do Fundo Comum de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu obrigações prioritárias (1 181,25 milhões de euros), obrigações subordinadas (68,75 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros), que permite a esta última conservar o essencial dos resultados operacionais ligados aos créditos, após remunerações das obrigações prioritárias e subordinadas. Esta entidade foi por consequência consolidada por integração global desde Janeiro de 2007.

A 25 de Julho de 2007, a sucursal italiana do Banque PSA Finance cedeu 850 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2007-2 do veículo de lei italiana Auto ABS S.r.l. O veículo emitiu obrigações prioritárias (816 milhões de euros) obrigações subordinadas (34 milhões de euros) e obrigações júnior subscritas pela sucursal italiana (18,7 milhões de euros) que, constituindo os fundos de reserva do veículo emissor, permitem à sucursal conservar o essencial dos resultados operacionais ligados aos créditos, após remuneração das obrigações prioritárias e subordinadas. Esta entidade foi por consequência consolidada por integração global desde Janeiro de 2007.

A 26 de Julho de 2007, foi criada a sociedade PSA Renting Itália S.p.A., detida a 100% pelo banque PSA Finance, para desenvolver a actividade de aluguer de longa duração em Itália. Foi consolidada por integração global desde Julho de 2007.

A 13 de Dezembro de 2007, foi entregue um avanço de capital para a criação, a 23 de Janeiro de 2008, da sociedade BPF Fanciranje d.o.o. na Slovénia, detida a 50% pelo PSA Fancial Holding B.V., filial holandesa do Banque PSA Finance e a 50% pelo S.G. Consumer Finance S.A. filial da Société Générale S.A.

B. Lista das sociedades consolidadas

Sociedades %	Países	Participação directa		Participação indirecta da Banque PSA Finance		% de juros	
		%	Detido por	31/12/2007	31/12/2006		
Sucursais							
Sucursal no Reino Unido	Reino Unido	-	-	-	-	-	-
Sucursal em Espanha	Espanha	-	-	-	-	-	-
Sucursal em Portugal	Portugal	-	-	-	-	-	-
Sucursal em Itália	Itália	-	-	-	-	-	-
Sucursal na Polónia	Polónia	-	-	-	-	-	-
Sucursal na Alemanha	Alemanha	-	-	-	-	-	-
Sucursal na Áustria	Áustria	-	-	-	-	-	-
Sociedades consolidadas por integração global							
Financiamento de vendas em França							
Sofira	França	98	-	-	98	98	
Crédipar	França	100	-	-	100	100	
Locadin	França	-	-	Crédipar	-	100	
CLV	França	-	100	Crédipar	100	100	
Dicoma	França	-	99,98	Crédipar	99,98	99,98	
Financiamento das vendas no estrangeiro							
PSA Wholesale Ltd	Reino Unido	100	-	-	100	100	
PSA Finance Plc	Reino Unido	-	50	PSA Wholesale Ltd	50	50	
PSA Finance Nederland B.V.	Holanda	-	100	PSA Finance Holding B.V.	100	100	
PSA Finance Belux	Bélgica	6,51	93,49	PSA Finance Holding B.V.	100	100	
PSA Gestão Comércio e Aluguer de Veículos	Portugal	97	1	PSA Finance Holding B.V.	98	98	
PSA Finance Suisse S.A.	Suiça	82,35	17,65	PSA Finance Holding B.V.	100	100	
PSA Finance Áustria Bank AG	Áustria	-	-	-	-	100	
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Brasil	100	-	-	100	100	
PSA Arrendamento Mercantil S.A.	Brasil	100	-	-	100	100	
PSA Finance Argentina Companhia Financeira S.A.	Argentina	50	-	-	50	50	
PSA Finance Polska Sp.zo.o.	Polónia	100	-	-	100	100	
PSA Finance Ceska Republika S.r.o.	República Checa	0,05	99,95	PSA Finance Holding B.V.	100	100	
PSA Finance Hungaria R.T.	Hungria	2,50	97,50	PSA Finance Holding B.V.	100	100	
PSA Finance Slovakia	Slovaquia	0,16	99,84	PSA Finance Holding B.V.	100	100	
Banque PSA Finance México SA DE CV SOFOL	México	20	80	PSA Finance Holding B.V.	100	100	
BPF Pazarlama A.H.A.S.	Turquia	100	-	-	100	-	
PSA Renting Itália S.p.A.	Itália	100	-	-	100	-	
Outras Sociedades							
Sofib	França	100	-	-	100	100	
SNDA	França	100	-	-	100	100	
GIE Foncier Crédipar	França	-	-	-	100	100	
Vernon Wholesale Investment Company Ltd	Reino Unido	-	100	PSA Wholesale Ltd	100	100	
Peugeot Commercial Paper GmbH	Alemanha	100	-	-	100	100	
PSA Finance Holding B.V.	Holanda	100	-	-	100	100	
Peugeot Finance International N.V.	Holanda	100	-	-	100	100	
PSA Factor Itália S.p.A	Itália	-	94,54	Sucursal em Itália	94,54	94,54	
Arche Investment Limited	Reino Unido	100	-	-	100	100	
PSA Finance S.C.S.	Luxemburgo	100	-	-	100	100	
Entituladas ad hoc							
FCC Auto ABS-Compartiment 2001-1	França	-	-	-	100	100	
FCC Auto ABS-Compartiment 2002-1	França	-	-	-	100	100	
FCC Auto ABS-Compartiment 2004-1	França	-	-	-	100	100	
FCC Auto ABS-Compartiment 2006-1	França	-	-	-	100	100	
FCC Auto ABS-Compartiment 2006-2	Itália	-	-	-	100	-	
Sociedades equiparadas							
Dongfeng Peugeot Citroen Auto Finance Company Ltd Chine	China	-	25	PSA Finance Holding B.V.	25	25	

Nota 2 – Princípios contabilísticos

*ITARI
A GR*

Na aplicação do Regulamento europeu CE nº 1606/2002 de 19 de Julho de 2002 sobre a aplicação das normas contabilísticas internacionais a partir de 1 de Janeiro de 2005, o grupo Banque PSA Finance estabeleceu as suas contas consolidadas a título de fecho do exercício em 31 de Dezembro de 2007 de acordo com o referencial IFRS (International Reporting Standards), tal como o adoptado na União europeia e de aplicação obrigatória nesta data.

*9
S*

O referencial IFRS abrange os nomes as normas IFRS, as normas IAS International Accounting Standard), bem como as suas interpretações IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) e SIC (Standing Interpretations Committee).

As normas e interpretações aplicadas são idênticas às aplicadas em 31 de Dezembro de 2006, completadas pelas normas e interpretações cuja aplicação é obrigatória pela primeira vez em 2007.

Novas normas IFRS e interpretações IFRIC de aplicação obrigatória ao exercício de abertura de 1 de Janeiro de 2007

- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Informações a fornecer. O grupo deu desde 31 de Dezembro de 2006 um grande número de informações pedidas (nota anexo sobre os instrumentos financeiros a prazo, informação sobre os efeitos em resultados ou em capitais próprios). As informações qualitativas e quantitativas da gestão dos riscos financeiros foram enriquecidas no relatório de actividade, nomeadamente sobre o risco de crédito e sobre os riscos de mercado. O envio destas informações está indicado nas notas anexas.
- Emendas IAS 1 – Informações sobre o capital. As informações pedidas são mencionadas no relatório de actividade.
- Não é aplicável nenhuma nova interpretação às contas do grupo Banque PSA Finance relativas ao fecho do exercício de 31 de Dezembro de 2007.

A aplicação destas novas disposições não teve impacto significativo no resultado ou na situação líquida do período: o impacto só diz respeito à prestação de contas do grupo Banque PSA Finance.

Novas normas IFRS e interpretações IFRIC de aplicação ulterior ao exercício de abertura de 1 de Janeiro de 2007

Foram rectificadas pela União europeia:

- a norma IFRS 8 – Sectores operacionais de aplicação obrigatória desde a abertura do exercício de 1 de Janeiro de 2009;
- a interpretação IFIC 11 – IFRS 2 – Acções próprias e transições intra grupo, de aplicação obrigatória para a abertura dos exercícios desde 1 de Março de 2007.

O grupo Banque PSA Finance não aplicou nenhuma norma ou interpretação por antecipação.

Na ausência do modelo de apresentação imposta pelo referencial IFRS, os estados de síntese do grupo Banque PSA Finance são apresentados de acordo com a recomendação nº 2004-R.03 proposta pelo Conselho Nacional de Contabilidade, relativa ao «formato dos documentos de síntese das sociedades dependentes do Comité da Regulamentação Bancária e Financeira, sob referencial contabilístico internacional», à excepção da apresentação de três exercícios. Os estados de síntese do grupo Banque PSA Finance são efectivamente apresentados sob uma forma comparativa com o exercício precedente.

As demonstrações consolidadas reagrupam as demonstrações do grupo Banque PSA Finance e das sociedades francesas e estrangeiras que compõem o grupo Banque PSA Finance, segundo os princípios de consolidação expostos em "Métodos de consolidação" no parágrafo A.

As demonstrações financeiras individuais sociais do Banco PSA Finance e das suas filiais e sucursais são estabelecidas com as regras de contabilidade em vigor nos países respectivos de actividade e são, por motivos de homogeneidade, processadas antes de serem consolidadas.

Os princípios contabilísticos utilizados são descritos nos parágrafos B e F.

O termo "sociedades associadas" significa todas as sociedades presentes no perímetro de consolidação do grupo PSA PEUGEOT CITROËN e integradas globalmente.

As demonstrações consolidadas anuais do grupo Banque PSA Finance assim como as notas anexas e aferentes foram fechadas pelo Conselho de administração de 11 de Fevereiro de 2008.

16
O

A. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Métodos de consolidação

As empresas sobre as quais o Banque PSA Finance exerce directamente ou indirectamente um controlo maioritário são globalmente integradas: mesmo para todas as entidades nas quais o grupo dispõe directa ou indirectamente da maioria dos riscos e das vantagens provenientes da sua actividade. É igualmente o caso para as sociedades detidas conjuntamente a 50%, para as quais a tomada de decisões financeiras e operacionais, são da competência do Banque PSA Finance.

As demonstrações reciprocas assim como os resultados das cessações entre as sociedades do grupo, tendo uma incidência significativa cativa ao nível dos resultados consolidados, foram eliminadas.

As sociedades nas quais o Banque PSA Finance detém directamente ou indirectamente uma participação entre 20 e 50% do capital e exerce uma influência notável, são equiparadas.

Os títulos das sociedades, apesar de responderem aos critérios expostos, não são consolidados, são inscritos em «Activos disponíveis à venda» (parágrafo C4). A consolidação dessas sociedades não teria qualquer incidência significativa nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo

Conversão dos valores em moeda estrangeira

No fecho do exercício, os balanços das sociedades estrangeiras são convertidos nos câmbios do dia do fecho das contas. Os valores das demonstrações de resultados das sociedades estrangeiras são convertidos, mês a mês, com base no câmbio médio de cada mês.

As perdas ou ganhos resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades estrangeiras são registados directamente na reserva de conversão incluída nos capitais próprios consolidados.

Operação em divisas

A contabilização e a avaliação das operações em divisas são definidas pela norma IAS 21 – Efeitos das variações da circulação das moedas estrangeiras. Por um lado na aplicação desta norma, e por outro na regulamentação que se impõe aos bancos franceses, as operações formuladas em moeda estrangeira são contabilizadas na sua divisa de origem. A cada fecho contabilístico, os elementos do balanço em divisas estrangeiras são reavaliados no justo valor no decorrer do fecho. As diferenças de reavaliação correspondentes são registadas na demonstração de resultados, na alínea "Operações de câmbio".

As operações em divisas são sistematicamente cobertas pela colocação de instrumentos derivados de cobertura de câmbio, contabilizados no balanço no seu justo valor a cada fim de exercício. O impacto no resultado, que compensa o das operações precedentemente descritas, encontra-se na alínea "Operações de câmbio". Em consequência, o resultado de câmbio é estruturalmente não significativo.

Utilização de estimativas e hipóteses

A preparação da demonstração de resultados de acordo com os princípios contabilísticos IAS / IFRS, requerem por parte da Direcção, considerar as estimativas e as hipóteses para a determinação dos montantes contabilizados de certos activos, passivos, proveitos e encargos bem como certas informações nas notas anexas nos activos e passivos eventuais.

As estimativas e hipóteses retidas são as que a Direcção considera como sendo as mais pertinentes e realizáveis, considerando a abrangência do grupo e do retorno de experiências disponíveis.

Considerando o carácter incerto inherente a estes meios de avaliação, os montantes reais definitivos podem ter avaliações diferentes das estimadas precedentemente.

Para limitar estas incertezas, as estimativas e hipóteses são assunto de revisões periódicas; as modificações apresentadas são imediatamente contabilizadas de acordo com a norma IAS 8 ; métodos contabilísticos, mudanças de estimativas contabilísticas e erros.

A utilização de estimativas e hipóteses revela uma importância particular sobre os seguintes temas:

- justo valor dos activos e passivos ao justo valor do resultado,
- justo valor dos instrumentos derivados de cobertura,
- valor recobrável dos empréstimos e créditos aos clientes,

- diferenças de reavaliação das carteiras cobertas em taxas,
- activos de impostos diferenciados,
- valor de utilidade dos activos incorpóreos e corpóreos bem como a sua duração de utilização,
- provisões,
- compromissos de reformas.

Principais ajustamentos efectuados nas contas consolidadas Avaliação e contabilização dos derivados, contabilização de cobertura IAS 39

Nas contas sociais, os princípios de contabilização do justo valor requeridos pela norma IAS 39 "Instrumentos financeiros: contabilização e avaliação" não são reconhecidos. A contabilização do justo valor dos instrumentos derivados, dos activos ou de certos passivos financeiros do justo valor por resultado, bem como a tradução contabilística do método de cobertura previsto pela norma IAS 39, necessita efectuar ajustamentos nas cotas consolidadas, dos quais os princípios são detalhados no parágrafo C "Activos e passivos financeiros".

Imposição diferida

Alguns ajustamentos realizados nas contas sociais para as harmonizar com os princípios contabilísticos adoptados na consolidação, assim como alguns deferimentos de impostos existentes nas contas sociais, podem originar diferenças temporárias entre a base tributável fiscalmente e o resultado reprocessado. De acordo com a norma IAS 12 "Impostos sobre os resultados", essas diferenças resultam na verificação de impostos diferidos nas contas consolidadas e são determinadas pelo método do diferimento variável. Sem prejuízo das perspectivas efectivas de utilização, os défices fiscais resultam na constatação de um activo de impostos diferidos sobre défices.

Não foi prevista distribuição dando lugar a um imposto não recuperável, portanto nenhum imposto diferenciado não consta deste título.

B. IMOBILIZAÇÕES

B.1 Imobilizações corpóreas

De acordo com a norma IAS 16 "imobilizações corpóreas", As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo custo da aquisição. As imobilizações corpóreas, com excepção de terrenos, foram amortizadas pelo método linear de acordo com os seguintes períodos de vida útil:

Construções	20 a 30 anos
Material de transporte	4 anos
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10 anos

A amortização é calculada sob dedução no caso do vencimento de um valor residual. Salvo casos particulares, os valores residuais são nulos.

A duração de vida económica destes activos é revista e é objecto de um ajustamento se necessário, a cada data de paragem contabilística.

B.2 Imobilizações incorpóreas

De acordo com a norma IAS 38 "imobilizações incorpóreas", os custos de desenvolvimento das ferramentas informáticas de uso interno, para a parte relativa aos custos internos ou externos associados directamente à criação ou da melhoria das actuações são transportados para o activo do balanço já que é provável que estas despesas gerem vantagens económicas futuras. Estes custos são amortizados linearmente com a duração de utilização das ferramentas com um máximo de doze anos. Os outros custos de aquisição e de desenvolvimento são imediatamente inscritos em encargos.

B.3 Diferenças de aquisição

As diferenças de aquisição representam a diferença entre o preço de aquisição, aumento dos custos anexos, de títulos de sociedades consolidadas e da parte do grupo no justo valor dos seus activos líquidos à data da tomada de participação. Até 31 de Dezembro de 2003, eram amortizados segundo o método linear sobre uma duração de 20 anos.

A contar do 1º de Janeiro de 2004, de acordo com a norma IFRS 3 "Reagrupamento de sociedades", as diferenças de aquisição não são amortizadas. O valor das diferenças de aquisição é examinado pelo menos uma vez por ano, bem como o aparecimento de todo o indicador revelador da perda de valor (parágrafo B.4).

Diferença de aquisição da Crédipar

No âmbito da aquisição em 1998 pelo Banque PSA Finance dos 50% do capital da Crédipar S.A., detidos pela Sovac S.C.A., foi efectuada a determinação do justo valor do grupo Crédipar. Após os últimos ajustes efectuados em 1999 de acordo com a regulamentação, a diferença de aquisição inicial chega a 100 milhões de euros. É objecto de amortizações praticadas até 31 de Dezembro de 2003, esta diferença de aquisição eleva-se no 1º de Janeiro de 2004 a 75 milhões de euros.

Diferença da aquisição da Sofib

A Sofib foi comprada à PSA PEUGEOT CITROËN no 1º de Abril de 1999. A diferença de aquisição passou a 7,6 milhões de euros. É objecto das amortizações praticadas até 31 de Dezembro de 2003, esta diferença de aquisição eleva-se no 1º de Janeiro de 2004 a 6 milhões de euros.

B.4 Apreciação dos elementos do activo imobilizado

Segundo a norma IAS 36 "Apreciação dos activos" o valor da utilização das imobilizações corpóreas e incorpóreas é testado desde o aparecimento de indícios de perdas de valor, passados em revista a cada fecho. Este teste é efectuado no mínimo uma vez por ano para os activos de duração de vida indefinida, categoria limitada no caso do grupo das diferenças de aquisição.

Para este teste, as imobilizações são reagrupadas em Unidades Gerais de tesouraria (UGT). As UGT são conjuntos homogéneos de activos dos quais a utilização continua geral das entradas de tesouraria, largamente independentes das entradas de tesouraria geral para outros grupos de activos. O valor da utilidade destas unidades é determinado pela referência aos fluxos líquidos de tesouraria actualizados. Desde que este seja inferior ao valor líquido contabilístico da UGT, uma perda de valor é registada pela diferença e imputada em prioridade sobre as diferenças de aquisição.

No Banco PSA Finance, os activos imobilizados explorados num país considerado constituem um conjunto homogêneo do activo (UGT)

C. Activos e passivos financeiros

A avaliação e a contabilização dos activos e passivos financeiros são definidos pela norma IAS 39. Esta norma foi adoptada por partes pela Comissão Europeia em 19 de Novembro de 2004 (regulamento CE 2085/2004), completado por quatro emendas nomeadamente a relativa à opção justo valor, regulamento 1864/2005 publicado a 15 de Novembro de 2005 permite adoptar para a contabilização o justo valor de certas dívidas. A opção é tomada pontualmente pelo Banque PSA Finance (C.3)

O grupo Banque PSA Finance não está preocupado com as disposições da norma IAS 39 rejeitadas na sua forma actual pela Comissão Europeia «carve out», no que se refere à aplicação da contabilidade de cobertura de contas correntes de depósitos à vista da clientela junto dos bancos de depósitos.

C.1 Instrumentos derivados – método de cobertura

C.1.1 Princípios de registo das derivadas e coberturas

Todos os instrumentos derivados são registados no balanço no seu justo valor. Salvo a excepção relativa à cobertura, a variação do justo valor dos instrumentos derivados é registados em contrapartida da conta de resultados.

Os instrumentos derivados podem ser designados como instrumentos de cobertura na sua relação de justo valor ou de fluxos futuros de tesouraria:

- uma cobertura de justo valor permite cobrir o risco de variação de valor de todo elemento do activo ou do passivo do resultado da evolução das taxas ou do câmbio;
- uma cobertura de fluxo futuro de tesouraria permite cobrir as variações de valor dos fluxos futuros de tesouraria ligados aos activos ou aos passivos existentes ou futuros.

A contabilidade de cobertura é aplicável nas condições restritas seguintes:

- a relação de cobertura é claramente definida e documentada á data da sua colocação;
- a eficácia da relação de cobertura é demonstrada desde a sua origem;
- a eficácia da relação de cobertura é demonstrada igualmente à posteriori, a cada data de fecho contabilístico.

A aplicação da contabilidade de cobertura tem por consequência:

- no quadro de uma estratégia de cobertura de justo valor, a parte coberta dos elementos dos activos ou dos passivos é corrigida à concorrência do seu justo valor em contrapartida da demonstração de resultados ou é neutralizada pela parte eficaz da cobertura das variações simétricas do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura. Nas demonstrações financeiras, estas correções de valor dos

activos e passivos financeiros cobertos são posicionados nos pontos "Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas", respectivamente ao activo para as dívidas de créditos cobertas, ou ao passivo das dívidas cobertas.

Para as coberturas de fluxos futuros de tesouraria, a parte eficaz da variação do justo valor do instrumento de cobertura é registado directamente em contrapartida da situação líquida. Os montantes registados em

- situação líquida são posteriormente retomados na demonstração de resultados simetricamente na forma de contabilização em resultados dos elementos cobertos.

A parte ineficaz da variação do valor dos instrumentos de cobertura, seja qual for a estratégia, é sistematicamente registada na demonstração de resultados.

C.1.2 Apresentação das derivadas nas demonstrações de resultados

No balanço:

- O justo valor das derivadas é representada no seu montante líquido dos juros correntes não vencidos;
- O justo valor positivo das derivadas utilizadas com fins de cobertura é apresentado no activo no ponto "Instrumentos derivados de cobertura", o mesmo ponto no passivo regista o justo valor negativo das derivadas de cobertura;
- As derivadas não utilizadas com fins de cobertura são apresentadas nos pontos "Activos financeiros no justo valor por resultado" em caso de valor positivo; em caso do justo valor negativo, são apresentadas em "Passivos financeiros no justo valor por resultado".

Na demonstração de resultados:

- o efeito do resultado das variações de valores das derivadas de cobertura, utilizadas em estratégia de cobertura do justo valor, é apresentada na mesma categoria dos elementos cobertos;
- a parte ineficaz das variações do justo valor das derivadas de cobertura de fluxos futuros de tesouraria é igualmente registada no ponto "variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura";
- o efeito em resultado das variações do valor das derivadas não utilizadas com fins de cobertura, está posicionada em "Trading", com excepção:
- das derivadas utilizadas em cobertura económica de colocações de tesouraria, dos quais a variação do valor é registado no ponto "variação do justo valor dos títulos com opção do justo valor";
- das derivadas utilizadas em cobertura económica de certas dívidas contabilizadas em justo valor por resultado, da qual a variação do valor é registado no ponto "Variação do justo valor do refinanciamento com opção do justo valor".

C.2 Activos financeiros do justo valor por resultado

A liquidez do Banque PSA Finance, que é em parte colocada sob a forma de títulos de lucro fixo, é objecto de uma cobertura de swaps de taxas. Com uma preocupação de simplificar, são avaliadas segundo a opção do justo valor: as variações do justo valor dos títulos são contabilizadas em resultados e compensadas pelas variações do justo valor das swaps cobrindo economicamente esses títulos. Uma parte da liquidez é igualmente constituída por partes de OPCVM: não são consolidadas ao olhar dos critérios de controlo ou de detenção da maioria dos riscos e vantagens (IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e contabilização das participações nas filiais" ou SIC 12 "Consolidação – das entidades ad hoc").

São igualmente registados em "Activos financeiros no justo valor por resultado", os valores positivos dos outros instrumentos derivados não utilizados com fins de cobertura ao abrigo da norma IAS 39.

C.3 Passivos financeiros no justo valor por resultado

Este ponto integra as dívidas financeiras tendo feito como objecto de uma opção para uma contabilização no justo valor por resultado. Esta opção é exercida marginalmente com o objectivo de melhorar a apresentação das demonstrações financeiras e permitindo de tornar sistemáticas as variações de valor das derivadas cobrindo economicamente o risco de taxas destas dívidas, e a variação de valor destas mesmas dívidas. As variações de valor destas dívidas integram então estas do spread emissor do Banque PSA Finance.

Os passivos financeiros do justo valor por resultado registado igualmente nos valores negativos das derivadas não utilizadas tem fins de cobertura ao abrigo da norma IAS 39, o que neste caso nomeadamente das swaps de taxas cobrindo economicamente os activos ou os passivos financeiros no justo valor por resultado.

C.4 Activos disponíveis à venda

Os activos disponíveis à venda compreendem essencialmente os títulos de participação nas sociedades ainda não consolidadas. São mantidas no balanço ao seu custo de aquisição que o grupo estima representar o seu justo valor.

C.5 Activos detidos até ao vencimento

São exclusivamente títulos de lucros fixos adquiridos com a intenção de os conservar em princípio até ao seu vencimento. São contabilizados ao custo amortizado correspondente ao seu valor de reembolso, corrigidas as variações ou prémios que aparecem em resultado sobre a duração da detenção dos títulos.

C.6 Empréstimos e crédito sobre o cliente

As contas correntes de crédito ao cliente são repartidas por tipo de financiamento:

- os financiamentos ao retalho que reagrupam as naturezas do crédito seguintes tais como definidas pela regulamentação bancária francesa: "Venda a crédito", "Aluguer com opção de compra" e "Aluguer de longa duração". Como afirmado no parágrafo C.6.1, estas duas últimas naturezas de crédito são apresentadas como contas correntes de crédito.
- os financiamentos de rede que correspondem aos financiamentos de stocks de veículos ou de peças de recarga nas proprias redes ou independentes das marcas Peugeot e Citroën, tais como definidas pela regulamentação bancária francesa.
- os outros créditos e contas correntes ao cliente.

As contas correntes de crédito figuram no balanço correspondente ao compromisso financeiro líquido do Banque PSA Finance. Assim, o capital restante entregue dos créditos sobre o cliente, aumento das dívidas associadas e fora do efeito da aplicação da contabilidade de cobertura (parágrafo C.6.2), integra igualmente:

- as comissões entregues aos prescritores bem como as mudanças administrativas directas ou externas contratadas para por em ordem os créditos, que aumentam as contas correntes de crédito;
- as participações recebidas das marcas bem como as despesas de dossiers, que vêm minorar as contas correntes de crédito.
- os depósitos de garantia recebidos fora da colocação de contratos de locação financeira, que vêm minorar as contas correntes de crédito.

Os proveitos dos juros contabilizados correspondem ao rendimento actual retirado dos fluxos de tesouraria a recobrar, avaliados ás taxas de juros efectivas (TIE).

C.6.1 Locação financeira e aluguer de longa duração

De acordo com as normas IAS 17 "Contratos de aluguer" e 39, os veículos alugados à clientela são na maioria contabilizados como créditos, já que o Banque PSA Finance não detém os riscos e vantagens ligadas à propriedade do veículo. Os alugueres e amortizações relativos a estas imobilizações são assim retratados a fim de apresentar o conjunto destas operações como contas correntes de crédito.

C.6.2 Cobertura do risco de taxas das contas correntes de crédito

As contas de crédito são maioritariamente objecto de coberturas que os imunizam contra o risco de taxas. A aplicação da contabilidade de cobertura neste quadro de uma estratégia de cobertura do justo valor, leva á correção do valor da parte coberta das contas correntes, em contrapartida do resultado (parágrafo C.1:1 "Princípios de registo de cobertura").

C.6.3 Apreciações sobre as contas correntes de crédito

As apreciações das contas correntes de crédito vêm corrigir o valor no balanço, desde que apareça um indício revelador do risco (loss event).

As apreciações são isoladas nos pontos específicos.

Depreciações das contas correntes de financiamento "Retalho":

- Depreciações desde o primeiro dia de um incobrado:

A existência de um incobrado constitui um "loss event" que se traduz pela depreciação, desde o primeiro dia do incobrado, da totalidade das contas correntes restantes entregues, em função da probabilidade de passagem a créditos duvidosos e de taxas de perdas médias actualizadas.

- Depreciações dos créditos duvidosos:

De acordo com a regulamentação bancária, os créditos sobre os incobrados de mais de 90 dias são sistematicamente reclassificados em «Créditos duvidosos», salvo estatuto imunizante representativo da ausência de risco de contrapartida, no limite de 150 dias.

A utilização de um estatuto obrigatório em casos de risco agravado permite a desclassificação antes de 90 dias. Esta definição do crédito duvidoso corresponde à definição de «Erro» detida no quadro de avaliação dos riscos Bale 2.

O Banque PSA Finance constituiu uma base de dados históricos, que integram as coordenadas relativas à cobrança efectiva dos créditos duvidosos. Esta base permite apreciar a taxa de perdas médias actualizadas de taxas de juro efectivo do crédito, na base da qual são calculadas as depreciações minorando os créditos duvidosos.

- Caso dos créditos sãos reestruturados:

Trata-se principalmente da clientela declarada Neiertz em França. Desde que o cliente é oficialmente declarado, é desclassificado em «Cobranças duvidosas». No fim do moratório, se os pagamentos voltam à normalidade, volta a créditos sãos e fica classificado à mesma taxa aplicada aos créditos sãos com incobrados. Após o ressurgimento de um novo incobrado é imediatamente classificado nos «Créditos duvidosos».

Depreciações dos créditos de financiamento que não são Retailho: «Corporate» rede, «Corporate» fora da rede (Grandes empresas), administrações locais e Bancos:

- Estes créditos são reclassificados em créditos duvidosos a 90 dias para toda a «Corporate» e a 271 dias para as Administrações locais, salvo estatuto imunizante com limite de 452 dias para a «Corporate» e 632 dias para as Administrações locais. A utilização de um estatuto obrigatório em caso de risco agravado permite reclassificação respectivamente antes de 90 dias e 271 dias.

- Desde o aparecimento do primeiro incobrado ou mais tarde na sua reclassificação por atraso, uma análise de risco no dossier é formalizada num documento denominado «Relatório Flash», que determina o montante eventual da reclassificação necessária. A existência do «Relatório Flash» é reconhecida nos sistemas e representa estatuto agravado.

Desde que um crédito seja considerado como irrecuperável, passa a perdas nas contas sociais. A depreciação anteriormente contabilizada é retomada em resultado e todo o montante cobrado posteriormente é creditado em "Custo do risco" na demonstração de resultados.

C.7 Dívidas financeiras

A contabilização inicial das dívidas financeiras traduz a fonte financeira líquida. Assim, outras das principais dívidas contraídas, acrescidas dos juros correntes, são aí integrados:

- as despesas de emissão, de corretagem ou de subida.
- as diferentes formas de prémios de emissão ou de reembolso.

Os encargos dos juros contabilizados correspondem ao custo actual retirado dos fluxos de tesouraria a reembolsar, avaliadas às taxas de juros efectivas (TIE)

C.7.1 Cobertura do risco de taxas de dívidas financeiras

As dívidas financeiras cobertas pelas swaps de taxas de juro são o objecto de uma contabilidade de cobertura do justo valor. O valor destas dívidas é corrigido da variação de valor da parte coberta, em contrapartida da demonstração de resultados, neutralizando assim as variações do justo valor dos instrumentos de cobertura, na medida da sua eficácia (parágrafo C.1.1 "Princípios de registo de coberturas")

C.7.2 Dívidas representadas por um título

As dívidas representadas por um título reagrupam os vales de caixa, os empréstimos obrigacionistas, os títulos do mercado interbancário e os títulos de créditos negociáveis, com exclusão dos títulos subordinados classificados entre as dívidas subordinadas.

D. Provisões

De acordo com a norma IAS 37 – Provisões, passivos eventuais e activos eventuais, uma provisão é contabilizada desde que o grupo tenha uma obrigação ao fecho em relação a um terceiro e que seja provável ou certo que provocará uma saída de recursos ou lucros de terceiros, sem contrapartida pelo menos equivalente esperada por este. No caso de reestruturação, uma obrigação é constituída desde que a reestruturação seja objecto de um anúncio de um plano detalhado ou de um começo de execução.

Os efeitos de actualização são contabilizados unicamente desde que sejam significativos.

E. ORÇAMENTOS DE REFORMA

Os assalariados do grupo recebem, em complemento dos abonos de reforma de acordo com as legislações em vigor nos países onde estão implantadas as sociedades empregadoras, suplementos de reforma e indemnizações de inicio de reforma (nota 20.1). O grupo oferece estas vantagens seja em regime de cotações definidas, seja em regime de prestações definidas.

No enquadramento dos regimes de cotações definidas o grupo não tem outra obrigação a não ser o pagamento de prémios: o encargo que corresponde aos prémios entregues é tomada em conta na demonstração de resultados.

De acordo com a norma IAS 19, no enquadramento de regimes de prestação definidas, os contratos de reformas e assimilados são avaliados por actuários independentes, seguindo o método das unidades dos créditos projectados. Segundo este método, cada período de serviço dá lugar a uma unidade suplementar de direitos a prestações e avaliado separadamente cada uma destas unidades para obter a obrigação final. Esta obrigação final é em seguida actualizada. Estes cálculos integram principalmente:

- uma hipótese de data da reforma
- taxa de actualização financeira,
- taxa de inflação.
- hipóteses de aumento de salários e de rotação de pessoal.

Estas avaliações são efectuadas todos os anos para os principais regimes, e de três em três anos para os outros regimes, salvo que desde que as modificações de hipóteses necessitem de cálculos com uma frequência mais próxima.

Os ganhos e perdas actuariais são geradas por mudanças de hipóteses ou por diferenças de experiência (diferença entre o projectado e o real) sobre os compromissos ou sobre os activos financeiros. Estas diferenças são reconhecidas em resultado seguindo o método dito de "Corredor": são estabelecidas sobre a duração residual da vida activa dos beneficiários, pela parte excedente de mais de 10% dos compromissos ou do justo valor dos activos do regime à data de fecho.

Os fundos externos são chamados a cobrir a totalidade dos compromissos de reformas e compreendem a parte reconhecida do facto do estabelecimento das diferenças actuariais. Também, é possível que os activos financeiros excedam os compromissos contabilizados, gerando assim um activo em "Outros valores imobilizados". O reconhecimento deste activo é no entanto limitado ao acumulo das perdas actuariais líquidas e do custo dos serviços passados não contabilizados.

Não existe mais compromisso a título da dívida residual contraída em França junto da CRPB (Caixa de Reforma do Pessoal Bancário), os pagamentos efectuados dia a dia cobrindo a integralidade dos direitos conquistados, segundo as últimas estimativas dos especialistas feitas em 2007.

F. Compromissos por assinatura

De acordo com as exigências da norma IAS 39, os compromissos irrevogáveis dados ou recebidos pelas sociedades do grupo são registados no balanço pelo seu justo valor (compromissos de financiamento irrevogáveis dadas ao retalho que correspondem ao período entre a promessa de financiamento feita ao cliente e a colocação efectiva do crédito; compromissos de garantia). Estando as condições destes compromissos próximas das condições do mercado, o seu justo valor é nulo.

As depreciações dos compromissos de financiamento ou de garantia são registados nas provisões de acordo com a norma IAS 37. Estes compromissos por assinatura são retomados pelo seu montante nominal na nota anexa nº 23 – Outros compromissos.

Os compromissos representativos dos instrumentos financeiros a prazo são tratados no parágrafo C.1.

NOTA 3 – Caixa, Bancos Centrais, CCP

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Caixa	1	1
Bancos centrais e CCP (saldo devedor)	20	42
Das quais reservas obrigacionistas junto do Banque de France.	9	32
Total	21	43

NOTA 4 – Activos financeiros do justo valor por resultado

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Títulos de colocação (1)	3 306	2 811
- dos quais títulos de colocação na FCC Auto ABS	489	307
Outros títulos de colocação	46	47
Diferença de reavaliação dos títulos de colocação(2)	-	7
Justo valor dos títulos de colocação	3 352	2 865
- dos quais créditos associados	21	112
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica das colocações (2)	1	-

Proveitos a receber sobre os instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida em opção valor justo	3	3
Proveitos a receber dos instrumentos a prazo de trading	-	1
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading(3)	40	27
Total	3396	2 896

- (1) A reserva de liquidez reparte-se principalmente constituída por títulos de colocação
- (2) Os títulos de colocação são renumerados à Eonia e avaliados segundo a opção do justo valor. São cobertos economicamente por swaps que os restituem à Euribor 3 meses, classificados como «Activos financeiros ao justo valor por resultado» se o justo valor é positivo e como «Passivos financeiros ao justo valor como resultado» se o justo valor é negativo. O seu justo valor corrige o justo valor dos títulos de colocação (nota13 e 21.5).
- (3) As swaps classificadas em trading neutralizam-se no âmbito de carteiras homogéneas e compreendem essencialmente as swaps simétricas colocadas por ocasião das operações de titulação. Não se afasta do resultado significativo cativo (notas 13, 21.1 e 21.5).

Nota 5 – Instrumentos derivados de cobertura

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Cobertura de fluxos futuros de tesouraria	7	21
Instrumentos condicionais adquiridos(1)	7	21
- do qual o valor intrínseco das swaptions abertas(2)	1	11
Cobertura do justo valor	194	184
Contas de ajustamento sobre compromissos em divisas(3)	45	4
Proveitos a receber sobre swaps de cobertura	27	69
- dos quais sociedades associadas	1	1
Justo valor positivo das swaps de cobertura		
- empréstimos	-	-
- os EMTN/BMTN	1	1
- as obrigações	42	3
- o crédito detalhado	79	107
Total	201	205

A análise de eficácia da cobertura é apresentada no parágrafo 21.4 da nota 21.

- (1) Trata-se de swaptions que cobrem a produção futura das contas correntes.
- (2) O valor intrínseco das swaptions abertas está detalhado no parágrafo 21.2 da nota 21.
- (3) As contas de ajustamento correspondem à reavaliação das swaps de divisas que cobrem as operações de financiamento em divisas.

Nota 6 – Activos financeiros disponíveis à venda

Os "Activos disponíveis à venda" compreendem essencialmente os títulos de participação das sociedades ainda não consolidadas, resultado de uma actividade operacional não significativa à data de fecho do exercício. Os títulos de colocação foram classificados em "Activos no justo valor por resultado" (nota 4).

Nenhuma das sociedades ainda não consolidadas é susceptível de gerar perdas duráveis. Em consequência, o resultado negativo naturalmente constatado no início da actividade não é aprovisionado.

Os títulos das sociedades não consolidadas, que se elevaram a 2,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, relacionam-se principalmente à filial Slovénia BPF Financiranjee (2,5 milhões de euros).

Nota 7 – Empréstimos e Créditos sobre as instituições de crédito

AVALIAÇÃO DE CRÉDITOS Á VISTA / A PRAZO

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Créditos á vista	923	577
Contas correntes devedoras (1)	424	328
Contas e empréstimos diários (2)	499	249
Créditos a prazo	2	-
Créditos associados	2	1
Total	927	578

- (1) Estes montantes representam as somas debitadas das contas dos bancos externos representativas nomeadamente das últimas antecipações a clientes do período.
- (2) Trata-se de aplicações imediatamente revogáveis sem pré-aviso do Banque PSA Finance.

AVALIAÇÃO DAS SOCIEDADES COLIGADAS / FORA DO GRUPO (INCLUI CRÉDITOS ASSOCIADOS)

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Fora do Grupo	927	578
Total	927	578

AVALIAÇÃO POR REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA (INCLUI CRÉDITOS ASSOCIADOS)

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	648	407
União Europeia (fora de França)	266	152
Europa fora da União Europeia	2	7
América Latina	11	12
Total	927	578

Nota 8 – Empréstimos e créditos com clientes

8.1 Avaliação dos empréstimos e dos créditos por actividade

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Actividade de financiamento “Retalho”		
Venda a crédito	10 550	10 694
- dos quais créditos titulados (1)	2 673	1 186
Aluguer com opção de compra (2)	2 718	2 616
- dos quais créditos titulados (1)	1 336	1 329
Juros não correntes sobre aluguer com opção de compra	(423)	(380)
- dos quais créditos titulados (1)	(186)	(204)
Aluguer de longa duração (2)	4 396	3 819
- Empresas coligadas	8	8
- Extra patrimonial	4 388	3 811
Juros não correntes sobre aluguer de longa duração	(365)	(294)
Depósitos de garantia actividade de aluguer	(57)	(73)
Crédito líquido (A –da nota 32.1)	16 819	16 382
Outros créditos		
Créditos de equipamento	248	267
Outros	512	418
Crédito líquido (B – da nota A 32.1)	760	685
Elementos integrados no custo de amortização dos créditos sobre o “Retalho”		
Exposição dos custos de aquisição	424	396
Exposição das despesas de dossier	(83)	(80)
Exposição da participação das marcas e das redes	(238)	(250)
Total dos elementos integrados no custo amortizado	103	66
Actividade de financiamento “Redes”		
Financiamentos “Redes”	5 689	5 727
Empresas coligadas	211	226
Extra patrimonial	5 478	5 501
Depósitos de garantia de financiamento “Redes”	(83)	(77)
Empresas coligadas	(78)	(77)
Contas correntes líquidas (C – da nota A 32.1)	5 606	5 650
Contas correntes		
- Empresas coligadas	28	16
- Extra patrimonial	140	100
Créditos líquidos	168	116
Total dos créditos no custo amortizado	23 456	22 899

- (1) O grupo Banque PSA Finance procedeu a várias operações de titulação pelo intermediário dos Fundos Comuns de Créditos a compartimentos “Auto ABS” criado em Junho de 2001, salvo o caso particular da Itália.

- A 11 de Julho de 2002, a Crédipar por um lado, e a sucursal espanhola do Banque PSA Finance por outro, cederam respectivamente 550 e 950 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel, directamente e indirectamente, ao Compartimento 2002-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu partes prioritárias designadas AAA/Aaa (1 440 milhões de euros), partes subordinadas designadas A/A2 (60 milhões de euros) e partes residuais subscritas pelo Grupo PSA Finance (30 000 de euros).

- A 25 de Fevereiro de 2004, a PSA Finance Deutschland GmbH, filial bancária do Banque PSA Finance na Alemanha, tornou-se sucursal em 29 de Setembro de 2005, cedeu um milhão de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2004-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu partes prioritárias designadas AAA/Aaa (970 milhões de euros), partes subordinadas designadas A/A2 (30 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela PSA Finance Deutschland GmbH (10 000 euros).

- A 13 de Julho de 2006, a Crédipar cedeu ao Compartimento 2002-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS, créditos de um montante de 1,372 milhões de euros correspondentes aos alugueres futuros, e à TVA aferida, contratos de aluguer com opção de compra e de locação financeira. O compartimento emitiu obrigações prioritárias designadas AAA/Aaa (1 118 milhões de euros), obrigações subordinadas designadas AAA/Aaa (132 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros).

- A 29 de Janeiro de 2007, a Crédipar cedeu 1.250 milhões de euros em créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2007-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu partes prioritárias designadas AAA/Aaa (1 181 milhões de euros), das obrigações subordinadas designadas A/Aa3 (69 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros).

- A 25 de Julho de 2007, a sucursal italiana do Banque PSA Finance cedeu 850 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2007-2 do veículo da lei italiana Auto ABS S.r.l. O veículo emitiu obrigações prioritárias designadas AAA/Aaa (816 milhões de euros). Obrigações subordinadas designadas A/A1 (34 milhões de euros) e obrigações juniores subscritas pela sucursal italiana do Banque PSA Finance (18,7 milhões de euros).

Estes compartimentos do FCC e do veículo da lei italiana constituem entidades ad hoc, integradas no perímetro de consolidação do Banque PSA Finance, na medida em que os lucros das partes residuais pagas ao Banque PSA Finance compreendem o essencial dos riscos (principalmente o custo do risco) e as vantagens (o Proveito Líquido Bancário das entidades ad hoc).

(2) O Banque PSA Finance não detendo os riscos e as vantagens ligadas à propriedade de veículo, as operações de aluguer (aluguer com opção de compra e aluguer de longa duração) respeitam os critérios do financiamento de aluguer e são apresentadas contabilisticamente como contas correntes de crédito.

(3) Em relação às contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, as operações foram reclassificadas de «extrapatrimoniais» para «Empresas coligadas» por 73 milhões de euros em Dezembro de 2006.

(4) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os depósitos de garantia entregues pelos concessionários para cobrir os veículos financiados à rede e postos em consignação figuram em «Dívidas com clientes»; são no entanto classificados em «Empréstimos e créditos ao cliente» por 77 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (nota 16).

8.2 Avaliação por zona geográfica

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Créditos líquidos		
França	8 594	8 421
União Europeia (fora de França)	13 774	13 634
Europa fora da União Europeia	307	333
América Latina	781	511
Total	23 456	22 899

8.3 Avaliação

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Créditos líquidos		
Euro	19 175	18 926
Libra esterlina	2 539	2 664
Real brasileiro	651	434
Franco suíço	364	381
Zloty polaco	244	177
Coroa checa	139	105
Peso mexicano	74	50
Coroa dinamarquesa	77	46
Florim húngaro	45	37
Coroa slovaca	41	27
Peso argentino	55	26
Coroa sueca	11	22

60
20

8.4 Vencimentos**Vencimentos dos créditos da actividade "Retalho"**

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Até 3 meses	2 320	2 266
De 3 meses a 1 ano	4 458	4 542
De 1 ano a 5 anos	10 179	9 816
Superior a 5 anos	155	137
Total de créditos brutos	17 112	16 761
Depósitos de garantia actividade de aluguer	(57)	(73)
Depreciações	(326)	(306)
Total créditos líquidos	16 819	16 382

Vencimentos de outros créditos

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Até 3 meses	163	153
De 3 meses a 1 ano	162	164
De 1 ano a 5 anos	408	363
Superior a 5 anos	44	36
Total de créditos brutos	777	716
Depreciações	(17)	(31)
Total créditos líquidos	760	685

Vencimentos de outros créditos da actividade "Redes"

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Até 3 meses	2 855	3 562
De 3 meses a 1 ano	2 851	2 178
De 1 ano a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
Total de créditos brutos	5 706	5 740
Depósitos de garantia dos créditos	(83)	(77)
Depreciações	(17)	(13)
Total créditos líquidos	5 606	5 650

Nota 9 – Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Diferença de reavaliação das contas correntes		
- Venda a crédito	(43)	(65)
- Aluguer com opção de compra	(7)	(11)
- Aluguer de longa duração	(13)	(21)
Total	(63)	(97)

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 21.4 da nota 21.

Nota 10 – Contas de regularização e activos diversos

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Devedores diversos	299	253
- Empresas associadas (1)	85	57
- Fora do grupo	214	196
Estado e outros organismos sociais	26	32

Encargos constatados antecipadamente		66	45
Proveitos a receber		19	14
- Empresas associadas		1	1
- Fora do grupo		18	13
Outras contas de regularização		92	38
- Fora do grupo		92	38
Total		502	382

(1) Os devedores diversos, empresas associadas, correspondem essencialmente às participações das marcas a receber.

Nota 11 – Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas e corpóreas distribuem-se da seguinte forma:

(em milhões de euros)	31/12/2007			31/12/2000		
	Valor bruto	Amortizações	Valor Líquido	Valor bruto	Amortizações	Valor Líquido
Terrenos e construções	48	(20)	28	48	(19)	29
Material de transporte	14	(3)	11	13	(3)	10
Outros	41	(36)	5	43	(35)	8
Imobilizações corpóreas	103	(59)	44	104	(57)	47
Imobilizações incorpóreas (1)	144	(50)	94	130	(43)	87
Total	247	(109)	138	234	(100)	134

A 31 de Dezembro de 2007, os custos dos desenvolvimentos da logística informática registada nas imobilizações incorpóreas representam 94 milhões de euros em valor líquido.

Quadro de variação sobre valores brutos

(em milhões de euros)	31/12/2006	Aquisições	Cessações	Outros movimentos	31/12/2007
					31/12/2007
Terrenos e construções	48	-	-	-	48
Material de transporte	13	11	(10)	-	14
Outros	43	3	(5)	-	41
Imobilizações corpóreas	104	14	(15)	-	103
Imobilizações incorpóreas	130	14	-	-	144
Total	234	28	(15)	-	247

Quadro de variação de amortizações

(em milhões de euros)	31/12/2006	Dotações	Retomas	Outros Movimentos	31/12/2007
					31/12/2007
Terrenos e construções	(19)	(1)	-	-	(20)
Material de transporte	(3)	(3)	3	-	(3)
Outros	(35)	(2)	1	-	(36)
Imobilizações corpóreas	(57)	(6)	4	-	(59)
Imobilizações incorpóreas	(43)	(7)	-	-	(50)
Total	(100)	(13)	4	-	(109)

Nota 12 – Diferenças de aquisição

O teste de depreciação, efectuado em 31 de Dezembro de 2007, concluiu a não depreciação das diferenças de aquisição (notas comentários sobre as diferenças de aquisição no parágrafo B.3 e B.4 da nota 2).

Nota 13 – Passivos financeiros no justo valor por resultado

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Dívida representada por um título com opção justo valor	152	152
Diferença de reavaliação da dívida com opção justo valor (1)	(3)	-

Dívida contabilizada no justo valor por resultado	149	152
Encargos a pagar sobre instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica das colocações(2)	9	20
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica de colocações(3)	-	1
Encargos a pagar sobre instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida em opção justo valor	1	1
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura da dívida com opção justo valor	2	1
Encargos a pagar sobre instrumentos financeiros a prazo de trading	-	2
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading(4)	40	27
Total	201	204

(1) A opção da contabilização do justo valor de uma dívida por resultado foi exercida afim de evitar por um lado que evoluam de maneira dissimétrica os justos valores desta dívida, por outro lado que as derivadas económicas cubram economicamente esta dívida. A diferença de reavaliação da dívida resulta em 1,6 milhões de euros da evolução do spread emissor em 2007.

(2) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os juros a pagar sobre os instrumentos financeiros de cobertura económica das colocações figuram em «Instrumentos derivados de cobertura – passivos» por 20 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006; são no entanto classificados em «Passivos financeiros ao justo valor por resultado» (nota 14).

(3) Uma parte das swaps classificadas “Passivos financeiros no justo valor por resultado” cobrem economicamente os títulos de colocação avaliados segundo a opção do justo valor (nota 4 e 21.5).

(4) As swaps classificadas em trading neutralizam-se no interior das carteiras homogéneas e compreendem essencialmente swaps simétricas colocadas fora das operações de titulação. Não se afastam do resultado significativo (nota 4, 21.1 e 21.5).

Nota 14 – Instrumentos derivados de cobertura - passivos

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Cobertura no justo valor	113	159
Contas de ajustamento sobre compromissos em divisas(1)	-	31
Ganhos latentes sobre cobertura não finalizada	-	-
Encargos a pagar sobre swaps de cobertura(2)	35	84
- dos quais sociedades associadas	4	4
Justo valor negativo das swaps de cobertura		
- empréstimos	1	3
- EMTN/BMTN	29	38
- obrigações	42	3
- outras dívidas representadas por um título	1	-
- contas correntes detalhadas	5	-
Total	113	159

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 21.4 da nota 21.

(1) As contas de ajustamento correspondem à reavaliação das swaps de divisas que cobrem as operações de refinanciamento em divisas.

(2) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os juros a pagar sobre os instrumentos financeiros de cobertura económica das colocações figuram em «Instrumentos de cobertura – passivos» por 200 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006; são no entanto classificados em «Passivos financeiros no justo valor por resultado» (nota 13).

Nota 15 – Dívidas a instituições de crédito

Avaliação dos créditos à vista / a prazo

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Dívidas à vista extra patrimoniais	264	47
Contas correntes credoras	262	43
Outras somas entregues	2	4
Dívidas associadas	1	1
Dívidas a prazo extra patrimoniais (1)	7 140	6 634
Dívidas associadas	74	65
Total	7 479	6 747

Vencimento de dívidas a prazo.

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Até 3 meses (1)	4 301	2 363
De 3 meses a 1 ano	1 233	1 948

De 1 ano a 5 anos	1 606	2 323
Superior a 5 anos	-	-
Total	7 140	6 634

(1) Dos quais 1 689 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007 de tiragens a curto prazo sobre as linhas de «back up» bilaterais que constituem os compromissos recebidos de financiamentos a longo prazo (nota 23).

Avaliação por moedas estrangeiras de reembolso

(em milhões de euros)	31/12/2007		31/12/2006	
	Dívidas à vista	Dívidas a prazo	Dívidas à vista	Dívidas a prazo
Euro	192	5 846	25	5 783
Libra esterlina	6	605	3	382
Real brasileiro	-	423	-	256
Franco suíço	1	55	1	46
Coroa checa	3	103	1	84
Florin hungaro	18	2	7	3
Outros	44	106	10	80
Total	264	7 140	47	6 634

Nota 16 - Dívidas com clientes

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Dívidas a prazo		
Extra patrimonial	11	5
Sub-Total	11	5
Dívidas à vista		
Empresas coligadas	93	111
Outras somas entregues a clientes (1)	-	-
Conta corrente grupo PSA PEUGEOT CITROËN (2)	93	111
Extra patrimonial (contas correntes rede) (1)	217	185
Sub-Total	310	296
Total geral	321	301

(1) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os depósitos de garantia entregues pelos concessionários para cobrir os veículos financeiros à rede e postos em consignação figuram em «Dívidas com clientes» por 77 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (nota 8)

(2) Trata-se por um lado, de um excedente de tesouraria do GIE PSA Tesouraria sobre a sua conta corrente aberta na Sofib /de 32 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, 30 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006/ e por outro lado das contas de regulamento das filiais de financiamento para as operações feitas com o grupo PSA PEUGEOT CITROËN.

Vencimentos das dívidas a prazo fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Até 3 meses	1	2
De 3 meses a 1 ano	8	2
De 1 ano a 5 anos	-	1
Superior a 5 anos	2	-
Total	11	5

Registos das divisas de reembolso das dívidas a prazo fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Euros	9	3
Outros	2	2
Total	11	5

Nota 17 – Dívidas representadas por um título

Análise por natureza

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Títulos de mercado interbancário e títulos de créditos negociáveis extra patrimoniais	11 950	12 824
- EMTN	7 134	9 903
- BMTN	25	55
- CDN e BT	4 791	2 866

24

Dívidas associadas	65	99
Despesas de emissão a apresentar	(13)	(16)
Ganhos a apresentar	3	7
Empréstimos obrigacionistas(1)	3 763	1 663
- dos quais titulação: obrigações prioritárias e subordinadas(2)	3 350	1 250
Dívidas associadas	25	9
- das quais titulação	25	9
Outras dívidas representadas por um título	878	1 385
- das quais titulação: obrigações prioritárias e subordinadas	738	1 287
Dívidas associadas	17	12
- das quais titulação	4	6
Total	16 688	15 983

(1) Em Dezembro de 2006, um empréstimo obrigacionista de 7 anos foi colocado por 413 milhões de euros pela filial PSA Finance S.C.S.

(2) Os compartimentos 2006-01 e 2007-01 do Fundo Comum de Créditos Auto ABS e o compartimento 2007-02 do veículo da lei italiana utilizaram a possibilidade de emitir obrigações.

Registo de dívidas representadas por um título fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2007			31/12/2006		
	Obrigações	TCN	Outros	Obrigações	TCN	Outros
Até 3 meses	-	5 821	203	-	4 141	1
De 3 meses a 1 ano	-	2 737	222	-	2 849	638
De 1 ano a 5 anos	850	3 383	391	966	5 825	689
Superior a 5 anos	2 913	9	62	697	9	57
Total	3 763	11 950	878	1 663	12 824	1 385

Correspondência por divisas de reembolso dos créditos representados por um título

(em milhões de euros)	31/12/2007			31/12/2006		
	Obrigações	TCN	Outros	Obrigações	TCN	Outros
Euros	3 763	11 433	799	1 663	12 363	1 345
Libras esterlinas	-	204	-	-	246	-
Real brasileiro	-	-	79	-	-	40
Coroa checa	-	49	-	-	47	-
Iene	-	264	-	-	168	-
Total	3 763	11 950	878	1 663	12 824	1 385

A posição de troca residual do Banque PSA Finance é apresentada na nota 21.

Nota 18 – Diferença de reavaliação das carteiras de cobertura de taxas

(em milhões de euros)	31/12/2007		31/12/2006	
	Obrigações	TCN	Obrigações	TCN
Diferença de reavaliação dos empréstimos			(1)	(3)
Diferença de reavaliação dos EMTN/BMTN			(26)	(37)
Diferença de reavaliação das TSR			(1)	-
Total			(28)	(40)

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 21.4 na nota 21.

Nota 19 – Contas de regularização e passivos diversos

(em milhões de euros)	31/12/2007		31/12/2006	
	Obrigações	TCN	Obrigações	TCN
Dívidas a fornecedores			222	364
Empresas associadas(1)			167	274
Extra patrimonial			55	90
Estado e outros organismos sociais			45	49
Encargos a pagar			187	173
Empresas associadas			31	33
Extra patrimonial			156	140
Proveitos constatados antecipadamente			58	73
Empresas associadas			9	8
Extra patrimonial			49	65
Outros devedores diversos			18	11

Empresas associadas	2	4
Extra patrimonial	16	7
Outras contas de regularização	68	80
Extra patrimonial	68	80
Total	598	750

(1)Trata-se de veículos em vias de regularização às marcas Peugeot Citroën.

Nota 20 – Provisões

(em milhões de euros)	31/12/2006	Dotações	Retomas utilizadas	Retomas não utilizadas	Reclassificações	31/12/2007
					Efeito de câmbio	
Provisões para pensões e reformas	24	3	(2)	-	-	25
Provisões para compromissos duvidosos redes	7	-	(2)	-	-	5
Provisões para revenda de veículos de ocasião(1)	16	-	(3)	-	(1)	12
Provisões para risco leasing em Portugal	5	-	-	-	-	5
Provisões para riscos do próprio segurador.	1	1	-	-	-	2
Provisões para risco de aluguer de longa duração sob tratadas.	1	-	-	-	-	1
Outras provisões	9	1	(1)	(2)	(1)	6
Total	63	5	(8)	(2)	(2)	56

(1) A possibilidade dada ao Reino Unido a meio percurso de certos contratos, de entrega do veículo sem penalidade de saída, comporta um risco de revenda sobre os veículos recuperados e a recuperar, que justifica a maior parte desta provisão.

20.1 Orçamentos de reformas

A. Descrição dos regimes

Os assalariados do grupo beneficiam em certos países de complementos de reformas que são entregues anualmente aos reformados ou indemnizados no início da reforma que são entregues de uma vez no momento do inicio da reforma. O grupo oferece estas vantagens através, seja de regimes a cotização definidas, seja de prestações definidas. Neste quadro de regimes a cotizações definidas, o grupo não tem quaisquer outras obrigações a não ser o pagamento destas cotizações. A carga correspondente às cotizações entregues é tomada em conta na demonstração de resultados do exercício. Para os regimes a prestações definidas, os principais países são a França e a Reino Unido.

Em França, os regimes a prestações definidas dizem respeito:

- por um lado as indemnizações do início da reforma previstas pelas convenções colectivas
 - por outro lado o regime das reformas complementares desde engenheiros e quadros para a parte não esquematizada em 2002 (regime fechado).

B. Hipóteses de retenções

As taxas utilizadas no decorrer dos dois últimos exercícios para avaliação de compromissos de reforma são os seguintes:

	Zona euro	Reino Unido
Taxas de actualização		
2007	5,25%	5,75%
2006	4,50%	5,10%
2005	4,00%	5,00%
Taxas de inflação		
2007	2,00%	3,10%
2006	2,00%	2,80%
2005	2,00%	2,50%
Taxas de rendimento esperado		
2007	6,00%	7,00%
2006	6,00%	7,00%
2005	6,00%	7,00%

As hipóteses das taxas de aumento de salários correspondem, para cada país, à soma das hipóteses da inflação e das previsões individuais. Em França, a hipótese de retenção é o aumento da inflação +1,0% para 2007, e de inflação +0,5% para os anos seguintes. No Reino Unido, a hipótese de retenção é um aumento de inflação mais 1,5%.

As hipóteses de mortalidade e de rotação do pessoal tem em consideração as condições económicas próprias a cada país ou sociedade do grupo.

Sensibilidade das hipóteses: a variação de 0,25 ponto de diferença actuarial (taxas de actualização – taxas de inflação) causaria uma variação dos compromissos de 2,3% em França e de 5,3% na Reino Unido.

68
68

C. Reconciliação dos postos do balanço e dos históricos de dados

(em milhões de euros)	31/12/2007			31/12/2006		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Valor actual das prestações dos serviços prestados	(9)	(48)	(57)	(7)	(51)	(58)
Justo valor dos activos financeiros	6	29	35	6	28	34
Excedente ou (deficit)	(3)	(19)	(22)	(1)	(23)	(24)
Diferenças actuariais	2	(1)	1	-	4	4
(Provisões) activos líquidos reconhecidos no balanço	(1)	(20)	(21)	(1)	(19)	(20)
Dos quais provisões	(2)	(23)	(25)	(2)	(22)	(24)
Dos quais activos	1	3	4	1	3	4

A lei de financiamento da Segurança social para 2008 submete as indemnizações entregues no quadro de colocações à reforma antes dos 65 anos a uma contribuição social suplementar de 25% em 2008 e de 50% a partir de 2009. Por outro lado, suprime o regime fiscal e social favorável, do qual beneficiavam os indemnizados no começo de reforma negociados antes dos 65 anos e entregues entre 2010e 2014 para as empresas cobertas por uma convenção ou acordo do ramo concluído no quadro das disposições da lei Fillon.

Esta nova lei conduziu o grupo a ajustar as hipóteses relativas ao inicio da reforma e considerar as diferenças de tabela e de cotizações sociais entre o entrar em reforma e o início voluntário, os compromissos aumentaram em 3,3 milhões de euros no que diz respeito à Credipar.

Este aumento, assimilado a uma diferença actuarial, será amortizado desde 2008 sobre a duração residual da vida activa dos beneficiários para além dos limites do corredor segundo os princípios actuais do grupo em matéria de reconhecimento das diferenças actuariais.

C. Evolução do exercício

(em milhões de euros)	31/12/2007			31/12/2006		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Valor actual das prestações dos serviços prestados	(6,6)	(51,2)	(57,8)	(7,2)	(45,7)	(52,9)
À abertura do exercício						
Custo dos serviços prestados	(0,3)	(2,3)	(2,6)	(0,3)	(2,7)	(3,0)
Actualização anual	(0,3)	(2,6)	(2,9)	(0,3)	(2,3)	(2,6)
Prestação de serviços sobre o exercício	0,4	0,9	1,2	0,3	0,6	0,9
Diferenças de reavaliação						
- em valor	(2,2)	5,3	3,1	0,9	1,5	2,4
- em % dos compromissos	33,2%	10,39%	5,43%	12,45%	3,19%	4,44%
Diferença de conversão	-	2,3	2,3	-	(0,5)	(0,5)
Variações do perímetro	-	-	-	-	(2,1)	(2,1)
Efeitos do fecho e modificações do regime	-	0,2	0,2	-	-	-
No fecho do exercício	(9,0)	(47,3)	(56,4)	(6,6)	(51,2)	(57,8)
	31/12/2007			31/12/2006		
(em milhões de euros)	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Cobertura dos compromissos	6,0	27,8	33,8	6,1	23,3	29,4
À abertura do exercício						
Rendimento esperado dos fundos	0,3	1,8	2,1	0,4	1,5	1,9
Diferenças de reavaliação						
- em valor	(0,2)	-	(0,2)	(0,2)	0,4	0,2
- em % dos compromissos	2,76%	0,02%	0,50%	3,61%	1,69%	0,59%
Diferença de conversão	-	(2,0)	(2,0)	-	0,4	0,4
Dotações do empregador	-	2,2	2,2	-	2,5	2,5
Prestação de serviços sobre o exercício	(0,4)	(0,5)	(0,9)	(0,3)	(0,3)	(0,6)
No fecho do exercício	5,7	29,3	35,0	6,0	27,8	33,8
	31/12/2007			31/12/2006		
(em milhões de euros)	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Elementos diferidos	(0,2)	4,2	4,0	0,5	6,0	6,5
À abertura do exercício						
Novos elementos diferidos	2,4	(5,3)	(3,0)	-	-	0,1
Amortizações dos elementos diferidos	-	-	-	(0,7)	(1,9)	(2,6)
Conversão e outras variações	-	(0,2)	(0,2)	-	(0,2)	(0,2)

Efeitos dos fechos e modificações de regime	-	0,1	0,1	-	0,2	0,2
No fecho do exercício	2,2	(1,2)	0,9	(0,2)	4,2	4,0

E. Encargos contabilizados

Estes encargos são contabilizados:

- em "Encargos gerais de exploração – Pessoal" para o custo dos serviços prestados e as amortizações dos elementos diferidos,
- em "Efeito da actualização dos compromissos sociais" para a actualização dos direitos adquiridos,
- em "Rendimentos esperados dos fundos dos compromissos sociais" para o rendimento esperado dos fundos.
- Excepcionalmente, em «Outros elementos fora da exploração» para os efeitos ligados às restruturações.

Os encargos de reforma são registados da seguinte forma:

(em milhões de euros)	31/12/2007			31/12/2006		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Custo dos serviços prestados	(0,3)	(2,3)	(2,6)	(0,3)	(2,7)	(3,0)
Amortizações dos elementos diferidos	-	-	-	-	-	-
Actualização dos direitos adquiridos	(0,3)	(2,6)	(2,9)	(0,3)	(2,2)	(2,5)
Rendimento esperado dos fundos	0,3	1,8	2,1	0,3	1,5	1,8
Outros	-	0,3	0,3	-	0,2	0,2
Total	(0,3)	(2,8)	(3,1)	(0,3)	(3,2)	(3,5)

Nota 21 – Instrumentos financeiros a prazo

Política do grupo em matéria de gestão dos riscos financeiros
(parágrafo «Gestão dos riscos financeiros» na página 17 do relatório de actividade)

Risco de câmbio: a política seguida não autoriza o risco de câmbio. Entidade por entidade, os activos e passivos são adoçados pela utilização de instrumentos financeiros apropriados.

Risco de taxas: a política do banco visa neutralizar os efeitos de variação de taxas de juros da margem operacional de cada entidade do grupo por utilização de instrumentos financeiros apropriados permitindo assegurar a convergência efectiva das estruturas de taxas de juros dos activos e dos passivos.

No que diz respeito ao activo, os novos créditos ao retalho são objecto, desde o seu acordo, de uma Swap de taxas de juros operada no mercado financeiro de forma a restaurar a sua remuneração numa base de taxa variável a três meses: na prática, estas swaps são efectuadas ao fim de cada período de dez anos sobre os créditos acordados no decurso do periodo dos dez dias precedentes, estando os créditos agrupados por vencimentos homogéneos. Os créditos às redes de concessionários estando por seu lado acordados por referência às taxas de curto prazo e a reserva de liquidez é investida igualmente em referência a estas mesmas taxas, esta técnica permite assim constituir o activo do banco num conjunto remunerado sobre a base de taxa a curto prazo.

No que diz respeito ao passivo, todo o novo empréstimo é restaurado, por via dos instrumentos financeiros apropriados, desde que seja a uma taxa fixa com vencimento superior a seis meses, à estrutura de taxas variáveis a três meses. O conjunto desta gestão permite assim neutralizar o risco de taxas de juros do balanço do banco.

Por outro lado, afim de garantir o custo máximo do refinanciamento para novas contas correntes de crédito ao "Retalho", que serão acordadas em euros em 2008. O Banque PSA Finance comprou opções de swaps de taxas de juros com vencimentos a todos os trimestres de 2007 (parágrafo 21.2). O eventual risco de taxas residuais é seguido quotidianamente e não tem impacto significativo sobre o resultado. Assim a VaR tem 10 dias com um intervalo de confiança de 99% evoluiu entre 11 000 e 46 000 euros no decorrer do exercício de 2007.

Risco de contrapartidas: os riscos são limitados às operações sobre proveitos derivados negociados no quadro de contratos FBF ou ISDA e de operações de colocação de liquidez a muito pouco prazo com contrapartidas de primeiro plano. No que diz respeito ao risco de crédito sobre o retalho, reportar-se à nota 32.

Posição de taxas do Banco PSA Finance consolidadas em 31 de Dezembro de 2007

(em milhões de euros)	De um ano	De 1 ano a 5 anos	Para além de	Total 31/12/2007
Activos financeiros				
Financiamentos Rede	5 665			5 665
Financiamentos "Retailho" à taxa fixa	7 043	9 929		16 972
Outros empréstimos e créditos à taxa variável	819			819
Outros activos financeiros	4 282			4 282
Total activos financeiros (a)	17 809	9 929	-	27 738
Activos financeiros	179	-	-	179
(derivados e reavaliação das carteiras de cobertura)				
Activos não financeiros				
Imobilizações e diferenças de aquisição	-	219		219
Outros activos não financeiros	603			603
Total activos não financeiros	603	219	-	822
Total activo				28 739
Passivos financeiros				
Débitos á taxa fixa de cobertura	(2 043)	(1 154)	(62)	(3 259)
Débitos á taxa variável de cobertura	(3 477)	-	-	(3 477)
Débitos à taxa revisível	(17 014)			(17 014)
Outros financiamentos e descobertos bancários	(586)			(586)
Total Passivos financeiros (b)	(23 120)	(1 154)	(62)	(24 336)
Outros passivos financeiros	(287)			(287)
(derivadas e reavaliação das carteiras de cobertura)				
Passivos não financeiros				
Outros passivos não financeiros	(1 216)			(1 216)
Total passivos não financeiros	(1 216)	-	-	(1 216)
Capitais próprios	-	(2 900)		(2 900)
Total do passivo				(28 739)
Posição líquida antes da gestão = (a) + (b)	(5 311)	8 775	(62)	3 402
Conhecimento das derivadas				
Derivadas cobrindo os activos financeiros				
Swaps de cobertura dos financiamentos retalho à taxa fixa, parte emprestadora (Fair Value Hedge)	(6 229)	(6 988)		(13 217)
Swaps de cobertura dos financiamentos retalho à taxa fixa, parte prestadora (Fair Value Hedge)	13 217			13 217
Swaps de euroborização de títulos de colocação, parte emprestadora (cobertura económica de colocações)	(450)			(450)
Swaps de euroborização de títulos de colocação, parte prestadora (cobertura económica de colocações)	450			450
Total das derivadas de cobertura dos activos financeiros(c)	6 988	(6 988)	-	-
Derivadas de cobertura dos passivos financeiros				
Swap de cobertura de débitos à taxa fixa, parte prestadora (Fair Value Hedge)	2 090	1 138	62	3 290
Swap de cobertura de débitos à taxa fixa, parte emprestadora (Fair Value Hedge)	(3 290)	-	-	(3 290)
Swap de cobertura de débitos à taxa variável, parte prestadora (Fair Value Hedge)	127	-	-	127
Swap de cobertura de débitos à taxa variável, parte emprestadora (Fair Value Hedge)	(127)	-	-	(127)
Total das derivadas de cobertura dos passivos financeiros (d)	(1 200)	1 138	62	-
Carteira de Trading (e) (1)				
Posição das derivadas = (c) + (d) + (e)	5 788	(5 850)	62	-
Posição líquida após gestão	477	2 925	-	3 402

Este quadro posiciona os activos financeiros e os passivos financeiros em função da sua data de vencimento para os de taxa fixa em função da próxima revisão de taxas para os que são de taxa revisível.

Na parte do quadro sobre as derivadas, as swaps e outras operações derivadas são classificadas em positivo para a parte prestadora e em negativo para a parte emprestadora das swaps.

A posição líquida após gestão, da qual os vencimentos estão compreendidos entre 1 e 5 anos, correspondem aos activos líquidos cobertos pelos fundos próprios do grupo Banco PSA Finance.

(1) Não existe swap em posição aberta isolada na carteira de trading em 31 de Dezembro de 2007; as swaps classificadas em trading neutralizam-se nas carteiras homogéneas por um montante nocional que se eleva a 41 475 milhões de euros e compreendem essencialmente as swaps simétricas colocadas fora das operações de titulação. Não se isenta do resultado significativo, estando fechadas todas as posições (nota 4 e 13).

(2) Dos quais 3 350 milhões de euros de swaps de cobertura fechados ao nível consolidado.

21.2 Contratos de cobertura de taxas sobre operações futuras

A fim de garantir um custo máximo de refinanciamento para as novas contas correntes do "Retailho", que serão acordadas em euros em 2008, o Banque PSA Finance comprou opções de swaps de taxas de juros com vencimento em todos os trimestres de 2008. Os nacionais e a maturidade das swaps (de um a cinco anos), objecto destas opções correspondem às maturidades dos créditos previsionais a produzir neste mesmo período. Em 31 de Dezembro de 2007, o nacional eleva-se a 2 522 milhões de créditos, o resultado isolado a título do valor tempo depois do inicio do ano é um encargo de - 9,7 milhões de euros, os quais - 3,2 milhões de euros de variação do justo valor.

A variação do valor intrínseco positivo de 30,3 milhões de euros foi constatada em situação líquida em "Ganhos ou perdas latentes ou diferidas". A parte do resultado constatado no exercício, a título do valor intrínseco apresentado sobre o elemento subjacente, é um encargo de + 27,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007. O resto a apresentar eleva-se a 48,5 milhões de euros (quadro de variações dos capitais próprios e dos juros minoritários).

Cobertura em Cash Flow Hedge pelas swaptions

(em milhões de euros)	31/12/2006	Variação do valor intrínseco	Resultado realizado	Transferência em resultados	Variação dos impostos diferidos	31/12/2006
Valor intrínseco das swaptions abertas	11,5	30,3	(40,8)	-	-	1,0
Proveitos de cobertura realizados	34,1	-	40,8	(27,4)	-	47,5
Lucros diferidos posicionados em capitais próprios (bruto)	45,6	30,3	-	(27,4)	-	48,5
Impostos diferidos	(15,8)				(0,9)	(16,7)
Lucros diferidos posicionados em capitais próprios (líquido)	29,8	30,3	-	(27,4)	(0,9)	31,8

Os vencimentos dos impactos em resultados

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Até 3 meses	8,5	5,5
De 3 meses a 1 ano	20,8	19,6
De 1 ano a 5 anos	19,2	20,5
Superior a 5 anos	-	-
Total lucros diferidos sobre swaptions	48,5	45,6

Vencimentos dos créditos futuros de créditos cobertos em risco de taxas

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	91	169
De 1 ano a 5 anos	2 431	4 994
Superior a 5 anos	-	-
Total dos créditos cobertos futuros	2 522	5 163

21.3 Posição de mudança residual do Banque PSA Finance consolidada em 31 de Dezembro de 2007

Posições externas

(em milhões de euros)	JPY	USD	CZK	HKD	CHF	HUF	PLN	MXN	GBP
Activos	-	-	12	-	233	18	143	45	1 425
Passivos	(264)	-	(49)	-	-	-	-	-	(205)
Posição líquida antes da gestão	(264)	-	(37)	-	233	18	143	45	1 220
Cobertura activos	-	-	(12)	-	(233)	(18)	(143)	(45)	(1 220)
Cobertura passivos	264	-	49	-	-	-	-	-	-
Posição das derivadas	264	-	37	-	(233)	(18)	(143)	(45)	(1 220)
Posição líquida após gestão 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição líquida após gestão 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Posições das filiais

(em milhões de euros)	EUR/ GBP	EUR/ CHF	USD/ EUR	USD/ BRL	CHF/ HUF	EUR/ HUF	EUR/ DKK	EUR/ NOK	EUR/ SEK
Activos	183	-	-	-	48	-	77	-	-
Passivos	(433)	-	-	(14)	(48)	-	-	-	-
Posição líquida antes da	(250)	-	-	(14)	-	-	77	-	-

gestão

Cobertura activos	-	-	-	-	(77)	-
Cobertura passivos	250	-	14	-	-	-
Posição das derivadas	250	-	14	-	(77)	-
Posição líquida após gestão 2007	-	-	-	-	-	-
Posição líquida após gestão 2006	-	-	-	-	-	-

68
26

21.4 Análise da eficácia da cobertura

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006	Variação do justo valor	Ineficácia do resultado
Diferença de reavaliação das contas correntes (nota 9)				
Vendas a crédito	(43)	(65)		
Aluguer com opção de compra	(7)	(11)		
Aluguer de longa duração	(13)	(21)		
Total de valorização líquida	(63)	(97)	34	
Instrumentos derivados de cobertura das contas correntes detalhadas				
- ao activo (nota 5)	79	107		
- ao passivo (nota 14)	(5)	-		
Total valorização líquida	74	107	(33)	1
Ineficácia em stock	11	10		1
Diferença de reavaliação dos empréstimos cobertos (nota 18)				
Valorização líquida	1	3		
Total valorização líquida	1	3	(2)	
Instrumentos derivados de cobertura dos empréstimos				
- ao activo (nota 5)	-	-		
- ao passivo (nota 14)	(1)	(3)		
Total valorização líquida	(1)	(3)	2	0
Ineficácia em stock	0	0		0
Diferença de reavaliação dos EMTN/BMTN cobertos (nota 18)				
Valorização líquida	26	37		
Total valorização líquida	26	37	(11)	
Diferença de reavaliação de cobertura dos EMTN/BMTN				
- ao activo (nota 5)	1	1		
- ao passivo (nota 14)	(29)	(38)		
Total valorização líquida	(28)	(37)	9	-2
Ineficácia em stock	-2	0		-2
Diferença de reavaliação das obrigações cobertas (nota 18)				
Valorização líquida	-	-		
Total valorização líquida (de redescontar)	-	-		
Instrumentos derivados de cobertura das obrigações				
- ao activo (nota 5)	42	3		
- ao passivo (nota 14)	(42)	(3)		
Total valorização líquida	-	-		0
Ineficácia em stock	0	0		0
Diferença de reavaliação de outras dívidas representadas por títulos cobertos (nota 18)				
Valorização líquida	1	-		
Total valorização líquida (de redescontar)	1	-	1	
Instrumentos derivados de cobertura de outras dívidas representadas por títulos				
- ao activo (nota 5)	-	-		
- ao passivo (nota 14)	(1)	-		
Total valorização líquida	(1)	-	(1)	0
Ineficácia em stock	0	0		0

As opções de swaps de taxas de cobertura das futuras contas correntes de crédito a "retailho" não são integradas no quadro de eficácia da cobertura, não existindo ainda as contas correntes (parágrafo 21.2).

21.5 Activos e passivos financeiros no justo valor

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006	Variação do justo valor
Activos financeiros no justo valor (nota 4)			
- Diferença de reavaliação dos títulos de colocação	-	7	(7)
- justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica das colocações (1)	1	-	1
- justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica com opção justo valor	-	-	-
- Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading	40	27	13
Total de valorização líquida	41	34	7
Passivos financeiros no justo valor (nota 13)			
- Diferença de reavaliação da dívida com opção justo valor	3	-	3
- Justo valor dos instrumentos financeiros prazo de cobertura económica das colocações (1)	-	(1)	1
- Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida com opção justo valor	(2)	(1)	(1)
- Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading	(40)	(27)	(13)
Total de valorização líquida	(39)	(29)	-10
Impacto em resultado			-3

(1) A seguir à cessão de uma parte dos títulos de colocação em 2007, foi verificada uma variação do justo valor negativo de 5 milhões de euros, compensado pelo resultado de cessão constatado em «Lucros sobre operações de carteira de colocação» (nota 28).

Nota 22 - Justo valor dos activos e passivos financeiros

(em milhões de euros)	Justo valor		Valor do balanço		Diferenças	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Activos						
Caixa, bancos centrais, CCP	21	43	21	43	0	0
Activos financeiros no justo valor por resultado (1)	3 396	2 896	3 396	2 896	0	0
Instrumentos derivados de cobertura	201	205	201	205	0	0
Activos financeiros disponíveis à venda (2)	3	-	3	-	0	0
Empréstimos e créditos sobre estabelecimentos de crédito (3)	927	578	927	578	0	0
Empréstimos e créditos com o retalho (4)(5)	23 255	22 725	23 456	22 899	(201)	(174)
Passivos						
Bancos centrais, CCP					0	0
Passivos financeiros no justo valor por resultado (1)(6)	201	204	201	204	0	0
Instrumentos derivados de cobertura (1)(6)	113	159	113	159	0	0
Dívidas sobre estabelecimentos de crédito (7)	7 467	6 748	7 479	6 747	(12)	1
Dívidas com o retalho (5)(7)	321	301	321	301	0	0
Dívidas representadas por um título(7)	16 643	15 994	16 688	15 983	(45)	11

Os principais métodos de avaliação são os seguintes:

- 1) Os elementos contabilizados no justo valor por resultado, bem como os instrumentos derivados de cobertura, são avaliados por aplicação de uma técnica de valorização fazendo referência às taxas cotados no mercado interbancário (Euribor, ...) e aos movimentos de câmbios fixados quotidianamente pelo Banco Central Europeu.
- (2) Os títulos de participação ainda não consolidados, contabilizados em "Activos disponíveis à venda", têm um justo valor igual ao custo amortizado.
- (3) Os empréstimos e os créditos sobre os estabelecimentos de crédito a muito curto prazo têm um justo valor próximo do seu custo amortizado.
- (4) Os empréstimos e créditos sobre o retalho são avaliados ao custo amortizado. De maneira geral, são objecto de uma cobertura de risco de taxas (cobertura justo valor). A aplicação da contabilidade de cobertura leva ao ajustamento do valor dos créditos, sobre uma base de taxas de swaps de cobertura. O montante desta diferença de reavaliação foi acumulado ao custo amortizado no valor do balanço. O justo valor apresentado é estimado em actualização dos fluxos futuros às taxas às quais os empréstimos similares foram outorgados à data de fecho.
- (5) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os depósitos de garantia entregues pelos concessionários para cobrir os veículos financiados à rede e postos em consignação são demonstrados em «Dívidas com clientes»; são no entanto classificados em «Empréstimos e créditos com clientes» por 77 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006.
- (6) As contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os juros a pagar sobre os instrumentos financeiros de cobertura económica das colocações são demonstradas como «Instrumentos derivados de cobertura – passivos» por 20 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006; são no entanto classificados como «Passivos financeiros no justo valor por resultado» (notas 13 e 14).

(7) As dívidas de financiamento são contabilizadas ao custo amortizado. As dívidas cobertas por swaps de taxas de juro são objecto de uma contabilidade de cobertura no justo valor. A aplicação da contabilidade de cobertura ao ajustamento do valor das dívidas, sobre a base de taxas de refinanciamento sem risco actualizado. O montante desta diferença de reavaliação foi acumulado ao custo amortizado no valor do balanço. O justo valor apresentado representa assim essencialmente a evolução do custo do risco emissor do grupo PSA Finance sobre os mercados financeiros.

Os outros pontos do balanço, não considerados neste quadro, são ou elementos não financeiros, ou activos e passivos a muito curto prazo do qual o justo valor está muito próximo do valor do balanço.

Nota 23 - Outros compromissos

(em milhões de euros)	31.12.2007	31.12.2006
Compromissos de financiamento		
Compromissos recebidos de estabelecimentos de crédito (1)	6 739	8 065
Compromissos em favor do retalho	1 337	1 447
- da qual o grupo Crédipar (2)	997	739
Compromissos de garantia		
Cauções, aval, outras garantias recebidas de estabelecimentos de crédito	1 343	1 740
- garantias recebidas sobre encargos do retalho	432	214
- garantias recebidas sobre títulos detidos	911	1 526
Garantias dadas a favor do retalho	161	232
- sucursal espanhola	58	95
- Sofib	85	119
- Sofira	5	7
- sucursal italiana	13	11
Compromissos sobre títulos		
Títulos a entregar	-	-
Outros compromissos recebidos	7	-

(1) Dos quais 673 milhões de euros em Dezembro de 2007 de linhas de "back up" não utilizadas, que constituem os compromissos recebidos de financiamento a longo prazo (nota 15).

(2) Os compromissos sobre ofertas prévias de crédito ao retalho, são no entanto consideradas (nomeadamente na Crédipar: 271 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007). O aumento induzido foi no entanto compensado pelo facto de que as autorizações das linhas de crédito acordadas com a rede, revogáveis a qualquer momento, não são contabilizadas.

Nota 24 - Juros e proveitos de custo amortizado

(em milhões de euros)	31.12.2007	31.12.2006
Vendas a crédito	976	954
Aluguer com opção de compra	208	193
Aluguer de longa duração	306	269
Outros	25	26
Total de juros e proveitos actividade Retalho	1 515	1 442
- das quais empresas associadas	186	175
Juros e proveitos Redes	401	308
- das quais empresas associadas	263	185
Juros e proveitos Outros (cartas, contas correntes, compromissos de garantia)	13	11
- das quais empresas associadas	1	1
Remunerações dos fornecedores	(283)	(272)
- Venda a crédito	(192)	(183)
Aluguer com opção de compra	(46)	(48)
Aluguer de longa duração	(45)	(41)
Outros custos de aquisição	(29)	(27)
Total	1 617	1 462

Repartição geográfica dos proveitos da actividade "Retalho"

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	576	549
Europa (fora de França)	846	827
Alemanha	174	169
Áustria	17	15
Bélgica	43	39
Espanha	180	183
Hungria	5	4
Itália	112	111
Holanda	21	19
Portugal	13	9
Polónia	33	38
República Checa	8	6
Reino Unido	223	215
Slovaquia	2	1
Suiça	15	18
Fora da Europa	93	66
Argentina	6	3
Brasil	82	63
México	5	-
Total	1 515	1 442

Repartição geográfica dos proveitos da actividade "Redes"

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	124	83
Europa (fora de França)	251	203
Alemanha	46	37
Áustria	6	4
Bélgica	17	13
Espanha	40	33
Hungria	3	3
Itália	36	30
Holanda	16	13
Portugal	6	4
Polónia	11	9
República Checa	2	2
Reino Unido	63	50
Slovaquia	1	1
Suiça	4	4
Fora da Europa	26	22
Brasil	23	19
México	3	3
Total	401	308

Repartição geográfica das remunerações dos fornecedores e outros custos de aquisição

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	(134)	(130)
Europa (fora de França)	(156)	(155)
Alemanha	(11)	(10)
Áustria	(1)	(1)
Bélgica	(4)	(4)
Espanha	(40)	(43)
Hungria	(1)	(1)
Itália	(35)	(34)
Holanda	(3)	(3)
Polónia	(2)	(1)
Portugal	(7)	(8)
República Checa	(5)	(3)
Reino Unido	(45)	(45)
Suíça	(2)	(2)
Fora da Europa	(22)	(14)
Brasil	(22)	(14)
Total	(312)	(299)

Nota 25. Juros dos instrumentos financeiros de cobertura de financiamentos retalho

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Swaps de cobertura dos financiamentos retalho (Fair Value Hedge)	93	11
Amortização dos prémios sobre swaptions abertas (Fair Value Hedge)	(13)	(19)
Exposição do Valor Intrínseco das swaptions vencidas (1)	27	10
Total	107	2

(1) nota 21 parágrafo 21.2

Nota 26. Juros e encargos assimilados

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Encargos sobre contas correntes devedoras	(1)	(1)
Encargos sobre operações com rede independente	(9)	(6)
Encargos sobre operações com rede própria	(7)	(5)
Total	(17)	(12)

Nota 27 - Outros proveitos e encargos

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
- Comissões sobre operações com o retalho	65	58
- Comissões sobre operações com o retalho (outros)	1	2
- Outros	3	2
Outros proveitos	69	62
- Formas de pagamento	(7)	(7)
- Provisões e resultado de cessão dos veículos de ocasião	(5)	(2)
- Quota-partes sobre operações feitas em comum	(5)	(1)
Outros encargos	(17)	(10)
Outros proveitos e encargos	52	52

Nota 28 – Lucros/perdas sobre operações de carteira de colocação

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Lucros sobre títulos de colocação(1)(2)	73	51
Total	73	51

(1) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os juros correntes sobre OPCVM garantidos estavam classificados como «Juros e dividendos sobre títulos de colocação»; são no entanto classificados em «Lucros/perdas sobre operações de carteira de colocação» por 42 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006.

(2) A progressão explica-se pelas cessões da OPCVM que movimentaram as mais valias de cessão, que compensam a variação do justo valor negativo sobre esta carteira (nota 21.5).

Nota 29 – Juros e empréstimos junto dos estabelecimentos de crédito

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Juros sobre contas correntes e empréstimos	(330)	(243)
Total	(330)	(243)

Repartição geográfica

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	(314)	(202)
Europa (fora de França)	(563)	(426)
Alemanha	(94)	(63)
Áustria	(10)	(7)
Bélgica	(37)	(26)
Espanha	(115)	(82)
Hungria	(4)	(3)
Itália	(63)	(58)
Holanda	(55)	(49)
Polónia	(8)	(5)
Portugal	(24)	(17)
República Checa	(3)	(2)
Reino Unido	(142)	(105)
Slovaquia	(1)	(1)
Suiça	(7)	(8)
Fora da Europa	(53)	(44)
Argentina	(3)	(2)
Brasil	(46)	(40)
México	(4)	(2)
Eliminações	600	429
Total	(330)	(243)

(1) As eliminações intra países foram neutralizadas nos próprios países.

Nota 28. Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Encargos sobre dívidas representadas por um título	(531)	(484)
Encargos sobre obrigações e outros títulos de lucros fixos	(140)	(41)
Total	(671)	(525)

Repartição geográfica

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	(582)	(477)
Europa (fora de França)	(117)	(49)
Alemanha	(38)	(31)
Espanha	(5)	(9)
Itália	(17)	-
Luxemburgo	(18)	(1)
Holanda	(36)	(6)
Reino Unido	(3)	(2)
Fora da Europa	(8)	(5)
Brasil	(8)	(5)
Eliminações	36	6
Total	(671)	(525)

Nota 31 - Encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Renumerações	(96)	(92)
Encargos Sociais	(31)	(31)
Interesses e participação	(5)	(2)
Total despesas de pessoal	(132)	(125)
Outros encargos de estrutura	(175)	(179)

- dos quais empresas associadas	(86)	(78)
Total	(307)	(304)

Repartição geográfica de encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	(124)	(131)
Europa (fora de França)	(170)	(164)
Alemanha	(34)	(35)
Áustria	(6)	(5)
Bélgica	(12)	(12)
Espanha	(27)	(27)
Hungria	(4)	(3)
Itália	(23)	(22)
Holanda	(8)	(8)
Polónia	(6)	(4)
Portugal	(8)	(8)
República Checa	(3)	(2)
Reino Unido	(33)	(32)
Slovaquia	(1)	(1)
Suíça	(5)	(6)
Fora da Europa	(13)	(9)
Argentina	(1)	(1)
Brasil	(9)	(6)
México	(2)	(2)
Turquia	(1)	-
Total	(307)	(304)

Repartição geográfica por efectivos

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	806	847
Europa (fora de França)	1 326	1 298
Alemanha	244	248
Áustria	33	35
Bélgica	79	75
Espanha	244	239
Hungria	19	19
Itália	158	153
Holanda	79	76
Polónia	60	42
Portugal	66	71
República Checa	18	17
Reino Unido	283	280
Slovaquia	9	9
Suíça	34	32
Fora da Europa	59	48
Argentina	12	11
Brasil	39	37
Turquia	8	-
Total	2 191	2 191

Trata-se do pessoal jurídico directamente assalariado das diferentes filiais e sucursais do Banque PSA Finance.

Nota 32 - Custo do risco

Este quadro representa o custo do risco por categoria de retalho, nenhuma outra perda significativa de valor foi constatada sobre outros activos financeiros.

32.1 Evolução dos créditos

(em milhões de euros)	Balanço de 31/12/2006	Produção líquida	Dotações	Retomas	Passagens a perdas	Recuperação sobre créditos amortizados	Total do custo do risco em 31/12/2007	Balanço de 31/12/2007
Retail								
Créditos sãos sem incobrados	15 914	401	-	-	-	-	-	16 315
Créditos sãos com incobrados	409	4	-	-	-	-	-	413
Depósitos de garantia	(73)	16	-	-	-	-	-	(57)
Créditos duvidosos	438	88	-	-	(142)	-	(142)	384
Créditos brutos	16 688	509	-	-	(142)	-	(142)	17 055
Depreciações dos créditos sãos com incobrados	(50)	-	(15)	19	-	-	4	(46)
Depreciação de créditos duvidosos	(256)	-	(41)	107	-	-	66	(190)
Depreciações	(306)	-	(56)	126	-	-	70	(236)
Créditos líquidos (A da nota 8)	16 382	509	(56)	126	(142)	-	(72)	16 819
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	32	32	-	-
Custo do risco retail			(56)	126	(142)	32	(40)	
Outros								
Créditos sãos sem incobrados	670	72	-	-	-	-	-	742
Créditos sãos com incobrados	4	1	-	-	-	-	-	5
Créditos duvidosos	42	8	-	-	(19)	-	(19)	31
Créditos brutos	716	81	-	-	(19)	-	(19)	778
Depreciações dos créditos sãos com incobrados	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação de créditos duvidosos	(31)	-	(3)	16	-	-	13	(18)
Depreciações	(31)	-	(3)	16	-	-	13	(18)
Créditos líquidos (B, nota 8.1)	685	81	(3)	16	(19)	-	(0)	760
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	1	1	-	-
Custo do risco outros			(3)	16	(19)	1	(5)	
Redes								
Créditos sãos sem incobrados	5 706	(33)	-	-	-	-	-	5 673
Depósitos de garantia (1)	(77)	(7)	-	-	-	-	-	(84)
Créditos duvidosos	34	4	-	-	(3)	-	(3)	35
Créditos brutos	5 663	(36)	-	-	(3)	-	(3)	5 624
Depreciação de créditos duvidosos	(13)	-	(13)	8	-	-	(5)	(18)
Depreciações	(13)	-	(13)	8	-	-	(5)	(18)
Créditos líquidos (C, nota 8)	5 650	(36)	(13)	8	(3)	-	(8)	5 605
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação de compromissos duvidosos	-	-	-	2	-	-	-	2
Custo do risco redes			(13)	10	(3)	-	(6)	
Créditos total								
Créditos sãos sem incobrados	22 290	440	-	-	-	-	-	22 730
Créditos sãos com incobrados	413	5	-	-	-	-	-	418
Depósitos de garantia	(150)	9	-	-	-	-	-	(141)
Créditos duvidosos	514	100	-	-	(164)	-	(164)	450
Créditos brutos	23 067	554	-	-	(164)	-	(164)	23 457
Depreciações dos créditos sãos com incobrados	(50)	-	(15)	19	-	-	4	(46)
Depreciação de créditos duvidosos	(300)	-	(57)	131	-	-	74	(226)
Depreciações	(350)	-	(72)	150	-	-	78	(272)
Créditos líquidos	22 717	554	(72)	150	(164)	-	(86)	23 185
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	33	33	-	-
Depreciação de compromissos duvidosos	-	-	-	2	-	-	2	-
Total do custo do risco	(72)	152	(164)	33	(51)	-	-	

Relativamente aos créditos submetidos a depreciação, o custo do risco aumentou de um montante dos juros recebidos, que ficam em juros sobre operações com o retalho.

(1) nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os depósitos de garantia entregues aos concessionários para cobrir os veículos financiados na rede e postos em consignação são demonstrados em «Dívidas com clientes»; são no entanto classificados como «Juros e créditos sobre o retalho» por 77 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (nota 8 e 16).

30.2 Evolução do custo do risco

(em milhões de euros)		31/12/2007	31/12/2006
Créditos sãos com incobrados			
Dotações por depreciações		(15)	(20)
Retomas de depreciações		19	20
Créditos duvidosos			
Dotações por depreciações		(57)	(77)
Retomas de depreciações		131	54
Compromissos duvidosos			
Dotações por depreciações		-	-
Retomas de depreciações		2	1
Perdas sobre créditos irrecuperáveis		(164)	(44)
Recuperação sobre créditos amortizados		33	25
Custo do risco (1)		(51)	(41)

(1) O Banque PSA Finance constituiu uma base de dados históricos que permitem apreciar por uma lado, para os créditos sãos que apresentam um incobrado, a probabilidade da sua passagem a créditos duvidosos (probabilidade de defeito), por outro lado, a taxa de perdas médias dos créditos duvidosos actualizados em taxas efectivas de crédito.

Em 2006, no quadro de trabalhos para preparar a entrada do Banque PSA Finance no dispositivo Bale II de notação interna, a exploração estatística dos históricos de créditos entrou numa fase operacional nos principais países (França, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Portugal). As taxas de probabilidade de defeito e de perdas foram revistas, desta forma, à baixa, principalmente em França. Em consequência, uma retoma sobre a depreciação foi constatada nas contas à elevou-se a 26 milhões de euros. Excepto estes impactos, o custo do risco representativo da gestão corrente de recuperação elevava-se a 67 milhões de euros sobre o exercício de 2006.

Por outro lado os créditos reestruturados (caso dos contratos Neiertz em França) eram classificados em créditos duvidosos e depreciados em taxas de créditos duvidosos. No fim do moratório, quando os pagamentos retomavam a normalidade, estes créditos eram depreciados em taxas de créditos duvidosos. No entanto, neste caso, estes créditos retomam em créditos sãos e são depreciados em taxas de créditos sãos com incobrados. O que deu lugar a uma retoma sobre depreciação de 5,6 milhões de euros, principalmente em França. O total de créditos reestruturados (principalmente os dossiers Neiertz em França) eleva-se a 54,3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007. Enfim, apareceram estas cessões sobre créditos amortizados, maioritariamente em França. Resultaram na recuperação de créditos amortizados de 7,1 milhões de euros.

Excepto estes impactos que no total representam 26,2 milhões de euros, o custo do risco representativo da gestão corrente de recuperação elevar-se-ia a 77,6 milhões de euros sobre o exercício de 2007 (correspondente a 0,34% de créditos líquidos médios) contra 67 milhões de euros (0,30% de créditos líquidos médios).

No que respeita à política de gestão do risco de crédito, reportar-se ao capítulo «Gestão do risco de crédito», página 19 do relatório de actividade.

32.3 -Informações sobre créditos de pagamento não depreciadas

(em milhões de euros)	≤ 90 dias	> 90 dias ≤ 180 dias	> 180 dias ≤ 1 ano	> 1 ano	Total 31/12/2007
Créditos sãos com incobrados não depreciados	67	29	63	24	183

Nota 33 -Imposto sobre os lucros do exercício

O encargo do imposto corrente é igual aos montantes de impostos sobre os lucros entregues às administrações fiscais a título de exercício, em função das regras e das taxas de imposição em vigor nos diferentes países.

Certas diferenças entre os resultados fiscais das sociedades e os resultados incluídos em consolidação dão lugar à constatação de impostos diferidos. Estas diferenças resultam principalmente das regras retidas para a contabilização das operações de locação financeira e de aluguer de longa duração, e das depreciações dos créditos duvidosos.

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Impostos correntes	(149)	(178)
Impostos diferidos	(37)	(31)
Total	(186)	(209)

Prova do imposto do grupo Banque PSA Finance

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
Resultado antes do imposto	607	603
Diferenças permanentes	(9)	4
Total tributável	598	607
Encargo de imposto teórico	(206)	(209)
Taxa teórica	34,433%	34,433%
Efeito das diferenças de taxas no estrangeiro	9	4
Efeito de variação de taxas	14	1
Outros	(3)	(5)
Imposto real do grupo	(186)	(209)
Taxas efectivas	31,078%	34,379%

Activos sobre défices

(em milhões de euros)	31/12/2006	Novos Deficits Gerais	Utilizações de défices	Outros movimentos	Activos sobre deficits 31/12/2007
Impostos diferidos activos sobre deficits	47	3	(1)	1	50
Não reconhecidos na origem	(3)	-	-	-	(3)
Deficits fiscais depreciados	(36)	-	-	7	(29)
Total	8	3	(1)	8	18

Nota 34 – Informações por zona geográfica

34.1 Produto líquido bancário

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	399	380
Europa fora de França	543	552
- da qual Alemanha	120	131
- da qual Espanha	92	97
- da qual Itália	58	63
- da qual Reino Unido	152	149
-Resto do mundo	39	30
Consolidado	961	962

34.2 Encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	(124)	(131)
Europa fora de França	(170)	(164)
- da qual Alemanha	(34)	(35)
- da qual Espanha	(27)	(27)
- da qual Itália	(23)	(22)
- da qual Reino Unido	(33)	(32)
-Resto do mundo	(13)	(9)
Consolidado	(307)	(304)

34.3 Custo do risco

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	(20)	-
Europa fora de França	(31)	(34)
- da qual Alemanha	(9)	(9)
- da qual Espanha	-	(10)
- da qual Itália	(10)	(2)
- da qual Reino Unido	(4)	(5)
-Resto do mundo	-	(7)
Consolidado	(51)	(41)

34.4 Resultado de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2007	31/12/2006
França	248	242
Europa fora de França	336	348
- da qual Alemanha	74	84
- da qual Espanha	64	60
- da qual Itália	24	39
- da qual Reino Unido	114	111
-Resto do mundo	24	14
Consolidado	608	604

34.5 Principais postos do balanço

(em milhões de euros)	Total do balanço (1)(2)		Empréstimos e créditos retalho		Refinanciamento (3)	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
França	12 471	11 637	8 594	8 421	20 239	19 716
Europa fora de França (1)(2)	15 435	15 010	14 081	13 968	3 308	2 640
- da qual Alemanha	3 709	3 484	3 275	3 112	661	1 004
- da qual Espanha	2 990	3 120	2 875	2 990	76	199
- da qual Itália	2 306	2 140	2 121	2 060	858	-
- da qual Reino Unido (2)	2 871	2 945	2 539	2 664	685	460
-Resto do mundo	833	540	781	510	620	374
Consolidado	28 739	27 187	23 456	22 899	24 167	22 730

(1) Em relação às contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, a eliminação dos títulos da filial luxemburguesa PSA Finance S.C.S. (266 milhões de euros) foi afectada a «França» em vez de «Europa fora de França».

(2) Em relação às contas publicadas em 31 de Dezembro de 2006, os depósitos de garantia entregues pelos concessionários para cobrir os veículos financiados à rede e postos em consignação figuravam em «Dívidas com clientes»; são no entanto classificados em «Juros e créditos com clientes». A incidência sobre o total do balanço é de 77 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (nota 8 e 16).

(3) Os montantes do refinanciamento reagrupam as «Dívidas sobre os estabelecimentos de crédito» e as «Dívidas representadas por um título» das notas 15 e 17. Trata-se do refinanciamento externo do grupo, feito na sua maioria pelo Banque PSA Finance